

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
CNPJ: 20.119.509/0001-65

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), privada, sem fins lucrativos, constituída no ano de 1977, por prazo indeterminado, tem o objetivo de administrar Planos de Benefícios Previdenciários e Planos de Assistência à Saúde na modalidade de Autogestão. A Fundação originou-se da fusão entre a PREVICAIXA – Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e a FUNDASEMG – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais.

Tem como Missão: *“Contribuir para proteção e segurança dos nossos participantes e familiares, construindo com eles, patrocinadores e instituidores uma sociedade melhor”.*

Todos os resultados auferidos vinculam-se aos Planos de Benefícios que administra. Portanto, não gera e nem distribui lucros ou participações em investimentos. Cada Plano é gerido de forma segregada frente aos demais, possuindo responsabilidades e compromissos apenas com a massa de participantes a ele vinculados e, de acordo com seus regulamentos, com seus dependentes e beneficiários.

A Fundação Libertas observa a legislação aplicada às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em especial as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A contabilidade é realizada por equipe própria em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, sendo registrada em livros obrigatórios, base para elaboração destas Demonstrações Contábeis, com observância das disposições legais vigentes.

1.1 Patrocinadoras

A Fundação Libertas é uma entidade Multipatrocinada, com planos patrocinados pelas seguintes empresas:

- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG);
- Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE);
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG);
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG);
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE);
- Fundação Libertas de Seguridade Social;
- Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS).

A Fundação Libertas também administra um Plano de Benefícios Previdenciais Multi-instituído denominado VocêPrev. Além da própria Fundação Libertas, as associações de classe e sindicatos que aderiram ao novo plano são:

- AECO – Associação dos Empregados da Copasa, de suas Subsidiárias e Patrocinadas;
- APÓS-PRODEMGE – Associação dos Aposentados da Prodemge;
- ASSEMCO – Associação dos Empregados da COHAB – MG;
- ASSEMGS – Associação dos Empregados da MGS;
- ASSIMA – Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária;

- ATC – Associação dos Trabalhadores da Codemig;
- SINDÁGUA-MG – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição da Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais;
- SINDPD – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo;
- SINFAZFISCO – Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais.

1.2 Planos Previdenciais

A Fundação Libertas administra 11 Planos de Benefícios Previdenciários patrocinados e 1 Plano de Benefícios Previdenciários Instituído. Todos registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em 13 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria 1.065 de 06 de dezembro de 2019, que criou o Plano de Contribuição Definida denominado MGSPREV (CNPB: 2019.0030-74), patrocinado pela empresa MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. A referida portaria também autorizou alterações no regulamento do Plano de Benefícios 4 – RP-4 – CNPB 1992.0009-56 (MGS-BD), que, dentre outras, define o saldamento do Plano MGS-BD, bem como as regras de migração para o Plano MGSPREV ora constituído. O processo de migração, bem como o início do período de adesões junto ao novo Plano de Contribuição Definida, ocorrerá durante o exercício de 2020.

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadora
CODEMIGPREV – CD	2013.0016-65	Contribuição Definida	CODEMIG / CODEMGE
COHAB SALDADO – BD	1982.0027-19	Benefício Definido	COHAB/MG
COHABPREV – CD	2008.0030-19	Contribuição Definida	
COPASA FECHADO – BD	1982.0028-83	Benefício Definido	COPASA/MG
COPASA SALDADO – BD	2010.0024-74	Benefício Definido	
COPASA – CD	2010.0022-29	Contribuição Definida	
PRODEMGE FECHADO – BD	1994.0015-18	Benefício Definido	PRODEMGE
PRODEMGE SALDADO – BD	2014.0013-83	Benefício Definido	
PRODEMGE – CD	2012.0019-47	Contribuição Definida	
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2011.0012-18	Contribuição Definida	FUNDAÇÃO LIBERTAS
MGS – BD	1992.0009-56	Benefício Definido	MGS

Plano	CNPB	Modalidade	Instituidores
VOCÊPREV – CD	2018.0020-74	Contribuição Definida	AECO / APÓS-PRODEMGE / ASSEMCO / ASSEMGS / ASSIMA / ATC / SINDÁGUA-MG / SINDPD / SINFAZFISCO

A Fundação Libertas também administra 4 Planos de Benefícios Previdenciários, registrados no CNPB junto à PREVIC, que foram objetos de estratégia previdenciária de retirada de patrocínio e/ou migração, mas que possuem saldos patrimoniais remanescentes.

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadora
COMIG – BD	1987.0005-11	Benefício Definido	CODEMIIG
CDI – BD	1982.0026-38	Benefício Definido	
IMA – BD	1998.0005-83	Benefício Definido	IMA
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	1992.0003-11	Benefício Definido	FUNDAÇÃO LIBERTAS

Cada um dos Planos de Benefícios Previdenciários possui autonomia patrimonial e seus recursos são aplicados conforme Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação, respeitadas as diretrizes emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Anualmente são realizados estudos atuariais de acordo com as características de cada Plano, consubstanciados em Pareceres Técnicos Atuariais, cujo objetivo é dimensionar as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, além de definir os respectivos Planos de Custeio e, quando houver, fundos de solvência, visando o equilíbrio de longo prazo de cada um dos Planos administrados.

Em dezembro de 2018 foi publicada a Resolução CNPC nº 31, que dispõe sobre a exigência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ para os Planos de Benefícios de caráter previdenciário, definindo a data de 31 de dezembro de 2021 como tempo limite para sua implantação. A Fundação Libertas aguarda regulamentação específica da Secretaria da Receita Federal do Brasil para operacionalizar as alterações necessárias.

1.3 Plano MINASCAIXA – Em Liquidação Extrajudicial

Após a Liquidação Extrajudicial da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (MINASCAIXA), ocorrida em 15 de março de 1991, os ex-servidores daquela autarquia foram absorvidos pelo quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual nº 10.470/91. Mesmo abrigados sob o Regime Jurídico Único de Estado, os ex-servidores da extinta MINASCAIXA continuaram inscritos no Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela então PREVICAXA. O referido plano, denominado Plano MINASCAIXA, registrado no CNPB sob o nº 1979.0034-83, foi classificado pelo órgão regulador e fiscalizador na modalidade Benefício Definido.

Por meio da Portaria nº 87, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2014, a PREVIC decretou, nos termos da Lei Complementar 109 de 29 de maio de 2001, a liquidação extrajudicial do Plano MINASCAIXA. Por meio da Portaria nº 88, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro de 2014, a PREVIC nomeou Carlos Marcos Soares Durães para exercer a função de Administrador Especial com poderes de liquidação extrajudicial, única e exclusivamente para o referido plano.

Os efeitos econômicos e financeiros da liquidação extrajudicial constam descritos no item 4 desta Nota Explicativa, a composição Patrimonial do Plano consta descrita no item 5, juntamente com a composição Patrimonial dos demais planos administrados pela Fundação Libertas.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 109/2001, aplicam-se aos planos de benefícios em liquidação extrajudicial, subsidiariamente, os dispositivos da Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974.

1.4 Quantidade de Participantes

A tabela em sequência demonstra, com base nas informações cadastrais, a quantidade de participantes em cada um dos Planos Previdenciários administrados pela Fundação, em 31 de dezembro.

Planos	2019					TOTAL
	Ativos	Mantidos	Demitidos sem opção	Assistidos temporários	Assistidos permanentes	
CODEMIGPREV – CD	163	6	1	-	41	211
COHAB SALDADO – BD	32	-	-	-	57	89
COHABPREV – CD	86	1	-	-	1	88
COPASA FECHADO - BD	95	12	141	1	294	543
COPASA SALDADO - BD	1.103	-	-	-	2.466	3.569
COPASA – CD	10.196	29	51	-	1.105	11.381
PRODEMGE FECHADO - BD	1	3	16	-	15	35
PRODEMGE SALDADO - BD	3	-	-	-	160	163
PRODEMGE - CD	819	54	10	-	198	1.081
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	105	12	2	-	39	158
MGS – BD	3.474	156	1.151	38	512	5.331
VOCÉPREV - CD	354	-	-	-	-	354
TOTAL	16.431	273	1.372	39	4.888	23.003

Planos	2018					
	Ativos	Mantidos	Demitidos sem opção	Assistidos temporários	Assistidos permanentes	TOTAL
CODEMIGPREV – CD	160	1	5	-	49	215
COHAB SALDADO – BD	33	-	-	-	58	91
COHABPREV – CD	89	1	-	-	1	91
COPASA FECHADO - BD	97	12	141	-	293	543
COPASA SALDADO - BD	1.112	-	-	-	2.463	3.575
COPASA – CD	10.111	141	50	-	1.139	11.441
PRODEMGE FECHADO - BD	3	3	16	-	14	36
PRODEMGE SALDADO - BD	9	-	-	-	161	170
PRODEMGE - CD	905	56	3	-	190	1.154
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	107	8	-	-	38	153
MGS – BD	3.926	41	1.106	44	457	5.574
VOCÉPREV - CD	43	-	-	-	-	43
TOTAL	16.595	263	1.321	44	4.863	23.086

As variações apresentadas entre os exercícios ocorreram devido à movimentação de participantes nos termos dos regulamentos de cada plano. Observaram, principalmente: a aposentadoria de participantes, novas adesões, encerramento de vínculo junto ao Plano e atualização cadastral.

Os números apresentados como “Demitidos sem opção” refere-se aos participantes que foram demitidos e não fizeram opção pelos institutos previstos no regulamento de cada plano.

1.5 Planos de Assistência à Saúde

A partir da Lei Complementar 109/2001, as EFPC que, na data da publicação da referida Lei Complementar, prestavam a seus participantes e assistidos serviços de assistência à saúde puderam continuar a fazê-lo, desde que fosse estabelecido um custeio específico para estes planos e que a sua contabilização e o seu patrimônio fossem mantidos em separado em relação aos Planos Previdenciários.

Neste sentido, a Fundação Libertas administra Planos de Assistência à Saúde na modalidade de AUTOGESTÃO sem fins lucrativos (com e sem Mantenedora), com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através do número 37.821-6, sendo custeada pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme o caso, em cada um dos Planos de Assistência à Saúde em operação:

- Plano Assistencial Fundação Libertas;
- Plano Assistencial Prodemge;
- Plano Assistencial Minas Caixa;

A tabela em sequência demonstra, com base nas informações cadastrais, a quantidade de participantes em cada um dos planos de Assistência à Saúde administrados pela Fundação, em 31 de dezembro.

PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE								
Planos	2019				2018			
	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS	141	149	41	331	143	147	46	336
PRODEMGE	1.073	947	410	2.430	1.134	999	430	2.563
MINASCAIXA	2.178	1.599	1.292	5.069	2.289	1.745	1.431	5.465
TOTAL	3.392	2.695	1.743	7.830	3.566	2.891	1.907	8.364

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação Libertas foram elaboradas tendo como base os resultados contábeis homologados em 11 de fevereiro de 2020, e estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos

normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente à Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018; Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e posteriores alterações; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC – ITG 2001; Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 49 de 18 de maio de 2018 (Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria), bem como as demais práticas contábeis brasileiras, quando aplicáveis.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades de forma que a apresentação dos ativos e passivos proporciona informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial; Fluxo dos Investimentos; Gestão Assistencial e Gestão Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Suas funções são:

- **Gestão Previdencial:** registra as atividades de cunho Previdencial dos planos de benefícios administrados e tem o objetivo de escriturar as contribuições, os benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio, bem como o resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- **Fluxo dos Investimentos:** destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas dos recursos investidos em cada plano administrado pela Fundação.
- **Gestão Assistencial:** os registros contábeis relativos a essa gestão, demonstram os saldos totais dos Ativos/Passivos e as movimentações totais, uma vez que a escrituração diária é feita separadamente em conformidade com as normas contábeis da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Informações complementares constam no item 2.3.
- **Gestão Administrativa:** ente contábil criado com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa (operacional) da Fundação. Possui Ativos, Passivos e Resultados segregados dos planos Previdenciários e de Assistência à Saúde.

O exercício social tem seu início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Os registros contábeis são realizados individualmente por plano, em balancetes específicos (Planos Previdenciais, Assistenciais e Plano de Gestão Administrativa). Também é utilizado Balancete Consolidado (para agrupamento do Patrimônio total) e Balancete Auxiliar (para efetuar os lançamentos decorrentes das operações comuns entre os planos).

Os modelos dos demonstrativos contábeis, consolidados e por plano, são:

- **Balancete Patrimonial Consolidado:** é constituído por ativo, passivo e patrimônio social do conjunto de Planos. Ativo compreende bens, direitos e demais aplicações de recursos relativos aos planos. Passivo compreende obrigações operacionais e contingenciais. Patrimônio Social compreende as Provisões Técnicas do plano e seus Fundos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada:** evidencia as modificações no Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, caracterizadas, principalmente por Contribuições Previdenciais, Resultado dos Investimentos, Benefícios Previdenciais, Despesas Administrativas registradas no PGA, além dos Resultados apurados e da movimentação nos Fundos registrados nos planos.
- **Demonstração do Ativo Líquido - por plano de benefício previdencial:** evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios (Ativo, Passivo e Patrimônio Social);
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - por plano de benefício previdencial:** destina-se a evidenciar as alterações do ativo líquido de cada plano de benefícios;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - por plano de benefício previdencial:** evidencia a composição das Provisões Técnicas de cada plano de benefício, compostas pelas Provisões Matemáticas, Equ brio Técnico, Fundos e Exigíveis;

- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidado: apresenta as despesas administrativas (operacionais) da EFPC, o custeio administrativo e as alterações do fundo administrativo.

2.1 Apresentação do Demonstrativo de Ativo Líquido (Equilíbrio Técnico Ajustado)

A Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, incluiu no Demonstrativo de Ativo Líquido, a obrigatoriedade de apresentar informações complementares referentes à apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado dos Planos Classificados como Benefício Definido.

Tais valores correspondem à soma do Superávit ou Déficit Técnico, contabilizado em 31 de dezembro, com os ajustes de precificação entre o valor contábil dos títulos públicos federais (atrelados a índice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento) e o valor apurado considerando a taxa de juros real utilizada na avaliação atuarial.

A base deste cálculo e os resultados, por plano de benefício previdencial, constam detalhados no item 5.7.1

2.2 Apresentação da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

A Fundação Libertas apresenta no exercício social de 2019, bem como no exercício social de 2018, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) de forma consolidada.

Tal decisão está suportada na materialidade e relevância da informação frente ao custo/benefício para a apresentação do DPGA segregado para cada plano de benefícios administrado pela entidade.

2.3 Demonstrações Financeiras - Planos de Assistência à Saúde

De acordo com as exigências estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Fundação Libertas possui dois grupos de Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Sendo que, nestes demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e PREVIC, são apresentadas todas as movimentações referentes aos Planos de Benefícios Previdenciários e apenas os totais dos Ativos e Passivos além do somatório das movimentações patrimoniais ocorridas nos planos de assistência à saúde.

As movimentações realizadas em relação aos Planos de Assistência à Saúde, divulgadas em conformidade com as normas da ANS, são apresentadas de forma apartada, por meio do Demonstrativos Financeiros dos Planos Assistenciais.

2.4 Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação das Demonstrações Contábeis é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular os valores a pagar e a receber entre os planos, a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, e o registro cumulativo de superávit e déficit técnico no Balanço Consolidado, dentre outros.

A Fundação Libertas ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 anulou as seguintes operações, entre planos, que apresentavam reflexos em sua consolidação:

		Em R\$ mil	
Conta Contábil	Descrição	2019	2018
1000.00.00.00.00.00-8	ATIVO	(24.802)	(26.915)
1221.01.00.00.00.00-0	CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	(1.537)	(1.784)
1223.00.00.00.00.00-9	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	(23.265)	(25.131)

		Em R\$ mil	
Conta Contábil	Descrição	2019	2018
2000.00.00.00.00.00-6	PA S S I V O	24.802	26.915
2119.00.00.00.00.00-4	Taxa de Administração a Repassar ao PGA	1.416	1.677
2137.01.05.00.00.00-6	Taxa de Administração sobre os Empréstimos	121	107
2312.01.01.01.00.00-6	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.991	16.178
2312.01.01.02.00.00-5	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	10.388	160
2312.01.02.00.00.00-6	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(23.379)	(16.338)
2322.02.01.00.00.00-4	Participação dos Planos Previdenciais no Fundo Administrativo - PGA	23.265	25.131

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios Previdenciais, dos Planos de Assistência à Saúde e do Plano de Gestão Administrativa, de modo a identificá-los separadamente. As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir.

3.1 Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente:

- Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: apurados conforme manual de precificação do agente custodiante (Item 5.3.3);
- Ajuste do valor dos ativos classificados como investimentos imobiliários: avaliados por profissional especializado, conforme definido em legislação pertinente (Item 5.3.4);
- Provisões para contingências: cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelas ações, observadas as diretrizes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180 de 24 de julho de 2009 (Item 5.5);
- Provisões Matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional externo habilitado (Item 5.6).

A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente, quando aplicáveis.

3.2 Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os registros contábeis dos investimentos são efetuados por tipo de ativo (Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Empréstimos a participantes e Outros Realizáveis de Investimentos). Dentro de cada grupo de ativos, os registros são alocados de acordo com seu emissor.

A composição dos bens que compõem o ativo realizável está apresentada no item 5.3 e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento dos resultados são os seguintes:

3.2.1 Ativos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa (Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos) são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, ou com base no critério de precificação dos ativos e deduzidos de eventuais provisões para perda e deságios.

Os resultados obtidos por meio das Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas de resultado específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

3.2.1.1 Critério de precificação dos ativos

A Resolução CNPC nº 29 de 13 de Abril de 2018, estabelece que os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias das EFPC e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos, devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados como: Títulos mantidos até o vencimento ou Títulos para negociação, desde que sejam observados os demais parâmetros dispostos na referida resolução.

- a) Os Títulos mantidos até o vencimento são os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com a taxa contratada, os quais devem impactar o resultado de cada período. Estes títulos constam detalhados no item 5.3.1.
- b) Na categoria Títulos para negociação devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses títulos devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais, em conformidade com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

3.2.2 *Ativos de Renda Variável*

As aplicações no segmento de Renda Variável são realizadas por meio de Fundos de Investimentos. Esses investimentos são demonstrados pelos valores de realização, conforme o valor de cotas de cada Fundo, na data-base das demonstrações contábeis (Item 5.3.3 – letra “e”).

3.2.3 *Investimentos Imobiliários*

São registrados ao custo de aquisição e ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas (sua composição é demonstrada no Item 5.3.4). O registro do rendimento com locação dos imóveis é realizado no mês de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos valores a receber referente a alugueis é constituída com base no valor vencido, conforme número de dias em atraso. (Item 3.4).

A Fundação Libertas utiliza a prerrogativa constante na Instrução Normativa PREVIC nº 15 de 12 de novembro de 2014, para realizar anualmente a reavaliação da carteira de imóveis, o que a dispensa do registro da depreciação mensal.

3.2.4 *Empréstimos à Participantes:*

São registrados pelo valor atualizado dos empréstimos concedidos em cada Plano de Benefícios e sua composição é demonstrada no item 5.3.5.

As provisões para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes são constituídas com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso. Conforme descrito no item 3.4.

3.3 Exigíveis

3.3.1 *Exigível operacional*

É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis que representam obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos dos planos. A composição das obrigações do exigível operacional da Gestão Previdencial e de Investimentos, consta no item 5.4.

3.3.2 Exigível contingencial

Registra o montante das provisões contingenciais em decorrência de ações judiciais e/ou administrativa passivas, mantidas contra a Fundação. Em 2019 a Fundação Libertas aprovou sua Política de Provisionamento para Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, definindo as principais diretrizes que são adotadas referente ao provisionamento de processos judiciais/administrativos no âmbito da entidade, dentre elas: Regras para definição da probabilidade de Perda; regras para apuração do valor objeto da ação; Registro e atualização dos processos; Diretrizes para realização dos depósitos judiciais e demais dispêndios que afetam o processo; Reconhecimento contábil e divulgação em Notas Explicativas.

Ademais, as contingências são classificadas e registradas de acordo com os planos e a gestão de origem (previdencial, administrativa e de investimentos); A composição das obrigações que compõem o exigível contingencial é apresentada no item 5.5.

Para o Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial) foram realizadas provisões fundamentadas em solicitação do Administrador Especial, em conformidade com o disposto no item 4, desta nota explicativa.

3.3.3 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas dos Planos na modalidade de Benefício Definido são calculadas atuarialmente, de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação Atuarial, considerando também as hipóteses biométricas (entrada em invalidez, mortalidade, sobrevivência, dentre outras) e demográficas (composição familiar, entrada em aposentadoria, dentre outras), bem como as premissas econômicas e financeiras (taxa real de juros, inflação, crescimento salarial, dentre outras) adotadas.

As Provisões Matemáticas dos Planos na modalidade de Contribuição Definida são apuradas com base nas reservas formadas pelos participantes e patrocinadoras, acrescidas da variação patrimonial do plano, calculada por metodologia de Cotas (Vide item 6.2.2).

A composição das obrigações constantes no grupo de “Provisões Matemáticas”, para cada plano de benefícios, está apresentada no item 5.6 desta nota explicativa.

3.3.4 Equilíbrio Técnico

O Equilíbrio Técnico dos Planos constituídos na modalidade de Benefício Definido é apurado considerando o Patrimônio de Cobertura, frente aos compromissos futuros do Plano (Provisões Matemáticas), constam detalhados no item 5.7.

O resultado superavitário é registrado como:

- Reserva de Contingência para garantia dos benefícios, em face de eventos futuros e incertos;
- Reserva Especial para Ajuste do Plano;

O resultado deficitário é registrado como Déficit Técnico Acumulado, até que seja elaborado e aprovado plano para seu equacionamento.

3.3.5 Fundos Previdenciais

São constituídos com base em Avaliações Atuariais, por exigência regulamentar, com destinação específica. Na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos fundos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Os Fundos Previdenciais dos planos de benefícios administrados pela Fundação Libertas estão apresentados no item 5.8.1.

3.4 Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos deve ser constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, observando o disposto na legislação vigente.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, adotam-se os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

As constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso incidem somente sobre o valor das parcelas vencidas.

3.5 Regime Tributário

3.5.1 PIS e COFINS

A apuração da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS está condizente com o que dispõe a Lei nº. 9.718, de novembro de 1998, e suas alterações. Observando, inclusive, as discussões judiciais mencionadas no item 5.5.2.1.

3.5.2 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as EFPC de retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre ganhos nas aplicações dos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios, a partir do exercício de 2005.

A Lei nº 10.426 de 24 de abril de 2002, isentou as EFPC da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Estes posicionamentos constam ratificados no artigo 17 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

3.6 Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas.

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil da competência de exercícios.

Eventuais Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio, decorrentes de investimentos em fundos de ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.6.1 Registro Contábil das contribuições junto ao Plano Multi-Instituído Vocêprev

Em conformidade com o disposto no § 1º artigo 10, da resolução CNPC 29 de 13 de abril de 2018 e, observando a aprovação da Diretoria Executiva da Fundação, os registros de arrecadação junto ao Plano Multi-Instituído Vocêprev são realizados no ato do respectivo recebimento, ou seja, utilizam o regime de caixa para afetação das Adições Previdenciais. Informações adicionais constam no item 6.2.1.

3.7 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais, em conformidade com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Na Fundação Libertas a variação patrimonial do PGA observa a captação de recursos decorrentes das gestões Previdenciais e de Investimentos (Taxa de Carregamento e Taxa de Administração); as Receitas Diretas; além do reembolso dos planos assistenciais. Registra também as despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo constante no PGA é registrado, por força da legislação vigente, nos Planos de benefícios previdenciais, porém, não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Estes valores são detalhados no item 5.8.2.

Os planos assistenciais registrados na ANS devem reembolsar o exato valor das suas despesas administrativas, sendo vedada a formação de fundo administrativo ou a utilização dos fundos administrativos previdenciais para suportar eventuais insuficiências administrativas assistenciais.

As Despesas Específicas de cada Plano, são alocadas diretamente ao PGA do próprio Plano que as originou. Já em relação as Despesas Comuns, para os Planos Previdenciais e Assistenciais, de forma que não mais ocorre registro individual, de sua cota parte, no PGA de cada Plano de Benefício.

Esta metodologia é compatível com a apresentação do Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa consolidado, e tem como objetivo otimizar as atividades e os controles realizados pela Fundação Libertas, bem como contribuir para a redução dos custos administrativos da Entidade.

O critério de rateio no âmbito do Plano de Gestão Administrativa, tem vigência de 12 meses, entre os meses de abril e março e são aprovados pelo Conselho Deliberativo. Nele é possível observar a apropriação das despesas comuns para a Gestão Assistencial e para a Gestão Previdencial destacada na tabela em seguida.

Tipo de Planos	Abril/2019 a março/2020	Abril/2018 a março/2019
Planos Previdenciais	71,51%	70,35%
Planos Assistenciais	28,49%	29,65%
TOTAL	100,00%	100,00%

A apresentação do Custeio Administrativo e das Despesas Administrativas é realizada no item 6.3.

4 EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PLANO MINAS CAIXA

4.1 Balanço Geral de liquidação do Plano em 24 de fevereiro de 2014

Em decorrência da Liquidação Extrajudicial do Plano Minas Caixa, conforme disposto no item 1.3, e em observância ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar 109/2001, em 24 de fevereiro de 2014 foi gerado o Balancete Geral de Liquidação. Os saldos constantes nas contas contábeis de Patrimônio de Cobertura do Plano, foram transferidos para as contas de Liquidação Extrajudicial, e totalizaram R\$ 192.292 mil, já liquidado da insuficiência patrimonial do plano.

4.2 Desdobramentos do processo de liquidação do Plano – Exercícios de 2014 a 2019

Em 16 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei Estadual nº 21.527, que autorizou o Estado a receber o patrimônio remanescente do acervo do Plano Minas Caixa liquidado, para dar cumprimento à obrigação em que assumiu de realizar os pagamentos dos proventos mensais dos antigos assistidos e pensionistas vinculados a Autarquia Estadual Minas Caixa extinta em 1991, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 10.470 de 15/04/1991.

Em 31 de Julho de 2017 foi publicado Quadro Geral de Credores – Provisório, com o registro dos seguintes créditos (Valor de face):

- A – CRÉDITOS PREFERENCIAIS: R\$ 0,00
- B – CRÉDITOS COM PRIVILÉGIO ESPECIAL: R\$ 8.594.782,52 (Aposentados e Pensionistas);
- C – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: R\$ 17.968,14 (Pecúlio por Morte).

Fundamentado na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, após avaliação dos pedidos de impugnação dos créditos constantes no Quadro Geral de Credores Provisório e, tendo em vista o seu indeferimento nos termos da Decisão proferida pelo Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Superintendência Previdência Complementar – PREVIC em 14/12/2017, o Quadro Geral de Credores – Definitivo teve sua publicação em Janeiro de 2018, considerando apenas a atualização dos valores listados anteriormente.

Durante o exercício de 2018, tais montantes foram liquidados integralmente em benefícios dos respectivos credores, de forma que, em 31 de dezembro de 2018 já não constava quaisquer compromissos do Plano perante aos ex-participantes.

A fim de seguir o curso normal do processo de liquidação-extrajudicial, o Administrador Especial indicado pela PREVIC determinou o registro/atualização contábil das seguintes provisões:

- Valores a receber relativos a contingências judiciais ativas, alusivas ao IOF e Imposto de Renda no total de R\$ 4.968 mil e R\$ 49.328 mil respectivamente, conforme detalhamento no item 5.3.7.
- Provisões para pagamento de eventual condenação em demandas judiciais relacionadas à:
 - Imposto de Renda, período de 2000 a 2004 (item 5.5.3.1); – Valor atualizado para dezembro de 2019: R\$ 38.271 mil (R\$ 37.393 mil em 2018)
 - PIS/COFINS, período de fev/1999 a dez/2004 (item 5.5.2.1); – Valor de R\$ 1.888 mil;
- Provisões para garantia de eventuais condenações judiciais de ações contra o Plano, no montante total de R\$ 2.600 mil.
- Constituição da provisão para transferência de recursos ao Estado, no valor líquido de R\$ 27.954 mil (R\$ 27.752 mil, em 2018). Resultante da movimentação patrimonial do Plano.

Ademais, foram realizadas as seguintes transferências de recursos ao Estado de Minas Gerais:

- Dezembro de 2014: R\$ 120.000 mil
- Junho de 2018: R\$ 31.416 mil.

A posição patrimonial do Plano pode ser observada em seu Demonstrativo do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

5 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

5.1 Realizável da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

É constituído por provisões decorrente de contribuições para o plano de benefícios, contratos de dívidas assinados junto às patrocinadoras e outros realizáveis, que compreendem: adiantamentos, reembolsos e depósitos judiciais/recursais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

PLANO	Em R\$ mil									
	CONTRIBUIÇÕES DO MÊS		CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO		CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-
CODEMIGPREV – CD	69	780	7	1	-	-	-	-	76	781
COHAB SALDADO – BD	-	-	-	-	582	1.046	-	-	582	1.046
COHABPREV – CD	123	3	-	3	-	-	-	-	123	6
COPASA FECHADO - BD	103	101	2	1	9.377	13.809	-	-	9.482	13.911
COPASA SALDADO - BD	138	195	1	1	20.816	39.014	-	-	20.955	39.210
COPASA – CD	14.391	13.811	37	69	-	-	-	-	14.428	13.880
PRODEMGE FECHADO - BD	7	27	-	1	-	-	-	5	7	33
PRODEMGE SALDADO - BD	52	-	-	-	-	-	-	3	52	3
PRODEMGE - CD	2.047	2.164	10	17	23.375	29.459	-	-	25.432	31.640
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2	-	-	-	370	728	-	-	372	728
MGS – BD	265	269	14	10	-	-	-	-	279	279
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-	80	153	80	153
TOTAL	17.197	17.350	71	103	54.520	84.056	83	161	71.871	101.670

As contribuições provisionadas no mês de dezembro de 2019 refletem os valores efetivamente descontados dos participantes e os valores de responsabilidade das patrocinadoras, com previsão de pagamento em janeiro de 2020.

As contribuições em atraso referem-se a valores não quitados em até 30 dias de sua provisão, e que são objetos de cobrança por parte da Fundação Libertas.

No grupo denominado “Outros Realizáveis” consta os valores de depósitos judiciais que fazem frente as provisões listadas no item 5.5.1.1.

O item a seguir apresenta a composição do grupo “Contribuições Contratadas” dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5.1.1 Contribuições Contratadas

No grupo denominado “Contribuições Contratadas”, são registrados os saldos a receber decorrentes dos contratos firmados junto as patrocinadoras, com cláusulas de atualização financeira e fluxo de pagamento mensal.

- a) Serviço Passado Contratado: destina-se à cobertura da Reserva de Tempo Anterior determinado atuarialmente, cuja amortização foi contratada com cláusulas financeiras, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2000.

Plano COHAB SALDADO - BD		
	2019	2018
Valor Contratado	R\$ 2.938.646,45	R\$ 2.938.646,45
Saldo Devedor	R\$ 582.217,92	R\$ 1.046.421,71
Prazo - Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo - Restante	12 parcelas	23 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 49.824,47	R\$ 48.201,64
Data de Vencimento	Último dia do mês	Último dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	- A partir de março de 2016, foi firmado instrumento contratual, por meio do qual as partes pactuaram pela não incidência da Taxa de Carregamento sobre as parcelas vincendas.	
Observações	Em 07/01/2020 foi liquidada a parcela de vencimento 30/12/2019, com as devidas atualizações (R\$ 50.236,26).	

Plano FUNDAÇÃO LIBERTAS - CD		
	2019	2018
Valor Contratado	R\$ 2.043.154,42	R\$ 2.043.154,42
Saldo Devedor	R\$ 370.157,88	R\$ 727.546,54
Prazo - Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo - Restante	11 parcelas	23 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 40.754,70	R\$ 39.427,27
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela (Para o Plano não se aplicam as regras de paridade previstas na Lei Complementar nº 108 de 2001)	

Plano COPASA SALDADO - BD		
	2019	2018
Valor Contratado	R\$ 103.700.062,15	R\$ 103.700.062,15
Saldo Devedor	R\$ 20.815.775,88	R\$ 37.173.660,22
Prazo - Pactuado	240 parcelas	240 parcelas
Prazo - Restante	11 parcelas	23 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 1.902.742,01	R\$ 1.845.380,73
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	- Incidente sobre o valor da parcela – Haja vista sua vinculação ao Plano de Custeio em data anterior ao prazo da Emenda Constitucional nº 20/1998. - A partir de dezembro de 2017, em virtude de Aditivo contratual, o percentual da taxa de carregamento incidente sobre as parcelas pactuadas passou a ser 7,5%.	

- b) Saldamento do Plano: Em virtude da estratégia previdencial adotada pela patrocinadora COPASA, foi contratado, no mês de novembro de 2010, parcela relativa à insuficiência financeira, parte da patrocinadora, do plano COPASA FECHADO - BD.

Plano COPASA FECHADO - BD		
	2019	2018
Valor Contratado	R\$ 31.988.361,24	R\$ 31.988.361,24
Saldo Devedor	R\$ 9.377.055,57	R\$ 13.348.752,83
Prazo - Pactuado	132 parcelas	132 parcelas
Prazo - Restante	22 parcelas	34 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 448.838,13	R\$ 460.721,70
Data de Vencimento	8º dia do mês	8º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	- A partir de abril de 2016, foi firmado instrumento contratual, por meio do qual as partes pactuaram pela não incidência da Taxa de Carregamento sobre as parcelas vincendas.	

- c) Reserva relativa ao Passivo Atuarial do Plano: Assinado em março de 1998, é destinado à reserva relativa aos compromissos especiais com os participantes existentes na data de criação do Plano Prodemge BD. Devido à estratégia previdencial ocorrida em 2014, o saldo a receber do Contrato foi segregado para os três Planos patrocinados pela Prodemge, observando os percentuais de distribuição das Reservas Matemáticas de Transação Individual. Os contratos registrados nos Planos Prodemge Fechado – BD e Prodemge Saldado – BD foram quitados no exercício de 2018.

Plano PRODEMGE – CD		
	2019	2018
Valor Contratado		R\$ 1.968.700,26
Saldo Devedor		R\$ 1.715.407,65
Prazo - Pactuado	Contrato quitado integralmente em junho de 2019	7 parcelas
Prazo - Restante		6 parcelas
Valor da última parcela		R\$ 301.028,85
Data de Vencimento		5º dia do mês
Atualização Pactuada		INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Incidente sobre o valor da parcela (Origem do contrato é anterior a vigência da Emenda Constitucional nº 20 de 1998)	
Observações:	- Em 19 de novembro de 2018 foi assinado aditivo ao Termo de Confissão e parcelamento de Dívida entre Prodemge e Fundação Libertas, de forma que o saldo de R\$ 1.968.700,26 foi refinanciado em 7 parcelas.	

- d) Equacionamento de Déficit: Devido à estratégia previdencial da patrocinadora Prodemge, foi contratado, no mês de novembro de 2014, parcela relativa à insuficiência financeira, parte da patrocinadora, referente ao plano Prodemge BD. Tais valores foram divididos para os Planos Saldado e CD, observando a proporção das Reservas Matemáticas de Transação Individual. O contrato registrado nos Planos Prodemge Saldado – BD foi quitado no exercício de 2017.

Plano PRODEMGE – CD		
	2019	2018
Valor Contratado	R\$ 26.241.773,35	R\$ 26.241.773,35
Saldo Devedor	R\$ 23.374.681,23	R\$ 26.125.268,82
Prazo - Pactuado	77 parcelas	77 parcelas
Prazo - Restante	64 parcelas	76 parcelas
Valor da última parcela	R\$ 423.884,79	R\$ 411.106,10
Data de Vencimento	5º dia do mês	5º dia do mês
Atualização Pactuada	INPC + 6% a.a.	INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não aplicável	
Observações:	- Em 19 de novembro de 2018 foi assinado aditivo ao Termo de Confissão e parcelamento de Dívida entre Prodemge e Fundação Libertas, de forma que o saldo de R\$ 26.241.773,35 foi refinanciado em 77 parcelas.	

- e) Contribuição em Atraso Contratada: Compreende as contribuições normais da Patrocinadora, junto ao Plano Prodemgeprev, em relação ao período compreendido entre 10/09/2018 e 19/11/2018.

Plano PRODEMGE – CD		
	2019	2018
Valor Contratado		R\$ 1.599.978,37
Saldo Devedor		R\$ 1.617.999,46
Prazo - Pactuado	Contrato quitado integralmente em novembro de 2019	9 parcelas (a partir de fev/19)
Valor inicial da parcela		R\$ 184.802,59
Data de Vencimento		5º dia do mês
Atualização Pactuada		INPC + 6% a.a.
Taxa de Carregamento	Não aplicável	
Observações:	- Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, assinado em 19 de novembro 2018.	

5.2 Realizável da Gestão Administrativa (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

O realizável da Gestão Administrativa é segregado em Contas a Receber, (que demonstra os saldos das contribuições para o custeio administrativo do PGA, os adiantamentos efetuados a empregados e diretores, os bloqueios judiciais e outros valores a receber); as Despesas Pagas de forma antecipada, que serão apropriadas nos exercícios seguintes; Depósitos Judiciais – bem como suas respectivas atualizações (Referente aos Processos Trabalhistas e Tributários – Vide item 5.5.2) e Outros Realizáveis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição	Em R\$ mil	
	2019	2018
CONTAS A RECEBER	2.623	2.644
DESPESAS ANTECIPADAS	21	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS RECURSAIS	23.905	23.144
OUTROS REALIZÁVEIS	110	104
CONSOLIDAÇÃO	(1.537)	(1.784)
TOTAL	25.122	24.108

Também compõe o Realizável da Gestão Administrativa, a Participação de cada Plano Previdencial, no saldo do Fundo Administrativo. Os referidos valores são anulados na consolidação das demonstrações contábeis por meio de demonstrativo auxiliar (item 2.4). O valor do Fundo Administrativo considerando a abertura por plano de benefícios consta no item 5.8.2.

5.3 Realizável dos Investimentos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Os Recursos dos Planos Previdenciais e Administrativo são aplicados de acordo com as respectivas Políticas de Investimentos. Esses documentos definem as diretrizes de macro alocação, os limites de risco, os ativos elegíveis e a alocação estratégica dos recursos, por segmento de investimentos.

A entidade adota, para os investimentos relacionados nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Empréstimos aos Participantes, a gestão segregada dos recursos. Já para os Investimentos Imobiliários, a gestão é feita de forma compartilhada, onde cada plano possui um percentual de participação.

De acordo com a Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, os ativos de Renda Fixa e Renda Variável são classificados contabilmente com base na característica de seu emissor. Desta forma, o Realizável dos Investimentos é composto por: Títulos Públicos; Créditos Privados; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Empréstimos à Participantes; Depósitos Judiciais e Outros Realizáveis de Investimentos, cujos saldos por plano de benefícios, também podem ser observados na Demonstração do Ativo Líquido, e constam detalhados nas tabelas a seguir:

PLANO	Em R\$ mil							
	TÍTULOS PÚBLICOS		CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		FUNDOS DE INVESTIMENTO		INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	-	-	-	-	24.891	25.397	-	-
COMIG – BD	-	-	-	-	2.888	2.749	-	-
CDI – BD	-	-	-	-	2.503	2.357	-	-
CODEMIGPREV – CD	-	-	288	258	40.628	37.164	-	-
COHAB SALDADO – BD	33.465	2.135	130	-	24.771	53.663	3.560	3.546
COHABPREV – CD	-	-	66	59	14.648	12.205	-	-
COPASA FECHADO - BD	21.787	21.003	-	-	140.053	127.884	706	703
COPASA SALDADO - BD	619.246	221.595	1.623	-	312.070	663.525	65.002	64.744
COPASA – CD	-	-	15.009	13.413	1.365.573	1.195.644	77.077	76.770
PRODEMGE FECHADO - BD	3.704	3.566	-	-	23.885	22.541	531	529
PRODEMGE SALDADO - BD	59.068	7.355	214	-	35.244	86.494	6.784	6.757
PRODEMGE - CD	-	-	-	-	402.562	365.197	21.443	21.357
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	34	32	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	-	786	703	48.603	45.379	3.686	3.672
IMA – BD	-	-	-	-	1.359	1.280	-	-
MGS – BD	30.406	691	124	-	41.588	65.065	4.161	4.145
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	19.632	18.873	-	-
VOCÊPREV	-	-	-	-	2.013	2	-	-
TOTAL	767.676	256.345	18.240	14.433	2.502.945	2.725.451	182.950	182.223

PLANO	Em R\$ mil							
	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	-	-	-	-	-	-	24.891	25.397
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	2.888	2.749
CDI – BD	-	-	-	-	-	-	2.503	2.357
CODEMIGPREV – CD	674	788	-	-	-	-	41.590	38.210
COHAB SALDADO – BD	662	626	13	12	-	-	62.601	59.982
COHABPREV – CD	246	160	-	-	-	-	14.960	12.424
COPASA FECHADO - BD	630	588	3	2	-	-	163.179	150.180
COPASA SALDADO - BD	7.888	7.527	233	219	-	-	1.006.062	957.610
COPASA – CD	84.740	71.899	276	260	-	-	1.542.675	1.357.986
PRODEMGE FECHADO - BD	1	1	2	2	-	-	28.123	26.639
PRODEMGE SALDADO - BD	1.193	1.160	24	23	-	-	102.527	101.789
PRODEMGE - CD	6.852	6.798	77	72	-	-	430.934	393.424
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	34	32
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2.544	3.366	13	12	-	-	55.632	53.132
IMA – BD	-	-	-	-	-	-	1.359	1.280
MGS – BD	4.526	4.262	15	14	-	-	80.820	74.177
MINASCAIXA – BD	3	20	-	-	54.296	54.296	73.931	73.189
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-	2.013	2
TOTAL	109.959	97.195	656	616	54.296	54.296	3.636.722	3.330.559

Os títulos e valores mobiliários são mantidos sob custódia centralizada junto ao Banco Bradesco S/A e são negociados via *clearings* (Câmara de Compensação), SELIC (títulos públicos) e “B3” (títulos privados e ações)

5.3.1 Título Público

Os títulos públicos constantes na carteira própria em 31 de dezembro de 2019, compostos em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional - série B, que são mantidos até o vencimento, são registrados junto aos planos de Benefício Definido: Copasa Fechado – BD; Copasa Saldado – BD; Prodemge Fechado – BD; Prodemge Saldado – BD; COHAB Saldado – BD e MGS - BD.

Em maio de 2019 a Fundação Libertas resgatou os Títulos Públicos mantidos em Fundo de investimento exclusivo, que são indexados a índices de preços, sob gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e incorporou os referidos ativos em carteira própria. Tais título constam discriminados nas tabelas a seguir, coluna "Data entrada em carteira própria", com a data 29 de maio de 2019.

Os títulos públicos constantes em carteira própria e nos Fundos de Investimentos exclusivos da Fundação, que possuem seu valor registrado e atualizado mensalmente pela taxa contratada (marcação na curva), e para os quais a entidade possui capacidade financeira e de fluxo de caixa e não há intenção de negociação, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pró rata* até a data de encerramento do balanço, em contrapartida ao resultado do período. Este valor é observado nas tabelas a seguir (coluna "Valor atualizado pela Taxa de Compra").

As tabelas que segue, tem o objetivo de demonstrar a composição dos Títulos Públicos existentes em Carteira Própria, bem como sua abertura por faixa de vencimento, e o valor apurado com base na Taxa de Juros praticada no Mercado, conforme diretrizes constantes na Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018.

Plano COPASA FECHADO - BD										
Data entrada em carteira própria	Data Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	Valor atualizado pela Taxa de Compra (valor Contabilizado) (A)	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de Atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
06/12/2016	06/12/2016	6,1951	15/10/2003	15/08/2024	70	3.326,05	232.823,44	3.874,77	271.234,03	38.410,59
06/12/2016	06/12/2016	6,0802	10/02/2010	15/08/2030	233	3.333,47	776.698,81	4.197,76	978.077,23	201.378,42
24/05/2017	24/05/2017	5,4442	10/02/2010	15/08/2030	35	3.494,94	122.322,95	4.197,76	146.921,47	24.598,53
10/05/2018	10/05/2018	5,0800	10/02/2010	15/08/2030	35	3.592,10	125.723,49	4.197,76	146.921,47	21.197,98
06/12/2016	06/12/2016	6,1919	07/03/2006	15/05/2035	230	3.246,28	746.645,01	4.370,22	1.005.149,53	258.504,53
24/05/2017	24/05/2017	5,4253	07/03/2006	15/05/2035	99	3.496,50	346.153,90	4.370,22	432.651,32	86.497,43
10/05/2018	10/05/2018	5,2400	07/03/2006	15/05/2035	58	3.560,92	206.533,21	4.370,22	253.472,49	46.939,28
06/12/2016	06/12/2016	6,1128	10/02/2010	15/08/2040	1.051	3.312,58	3.481.523,26	4.588,90	4.822.929,61	1.341.406,35
24/05/2017	24/05/2017	5,3759	10/02/2010	15/08/2040	114	3.602,04	410.632,19	4.588,90	523.134,13	112.501,95
10/05/2018	10/05/2018	5,2900	10/02/2010	15/08/2040	95	3.638,14	345.623,14	4.588,90	435.945,11	90.321,97
06/12/2016	06/12/2016	6,1934	15/08/2004	15/05/2045	150	3.229,14	484.371,46	4.665,55	699.832,80	215.461,34
24/05/2017	24/05/2017	5,4400	15/08/2004	15/05/2045	59	3.553,69	209.667,68	4.665,55	275.267,57	65.599,88
10/05/2018	10/05/2018	5,3800	15/08/2004	15/05/2045	1.655	3.581,63	5.927.593,09	4.665,55	7.721.488,56	1.793.895,47
06/12/2016	06/12/2016	6,1637	10/02/2010	15/08/2050	500	3.284,23	1.642.114,24	4.885,94	2.442.967,69	800.853,45
24/05/2017	24/05/2017	5,3965	10/02/2010	15/08/2050	141	3.645,32	513.989,60	4.885,94	688.916,89	174.927,29
10/05/2018	10/05/2018	5,3900	10/02/2010	15/08/2050	1.133	3.648,63	4.133.893,41	4.885,94	5.535.764,78	1.401.871,37
06/12/2016	06/12/2016	6,1140	14/01/2015	15/05/2055	450	3.256,19	1.465.284,64	4.967,71	2.235.470,85	770.186,20
24/05/2017	24/05/2017	5,3467	14/01/2015	15/05/2055	169	3.641,34	615.387,15	4.967,71	839.543,50	224.156,35
TOTAL		5,68355			6.277		21.786.980,66		29.455.689,04	7.668.708,38

Plano COHAB SALDADO - BD

Data entrada em carteira própria	Data Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	Valor atualizado pela Taxa de Compra (valor Contabilizado) (A)	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de Atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
24/05/2017	24/05/2017	5,4900	15/10/2003	15/08/2024	68	3.416,00	232.287,67	3.874,77	263.484,49	31.196,83
13/08/2018	13/08/2018	5,6500	20/01/2016	15/08/2026	30	3.410,93	102.327,99	3.993,95	119.818,38	17.490,39
24/05/2017	24/05/2017	5,3800	10/02/2010	15/08/2040	110	3.602,04	396.224,04	4.588,90	504.778,55	108.554,51
10/05/2018	10/05/2018	5,2900	10/02/2010	15/08/2040	407	3.638,14	1.480.722,30	4.588,90	1.867.680,64	386.958,34
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	66,39	3.341,77	221.848,24	3.469,61	230.335,04	8.486,80
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	92,85	3.341,77	310.296,18	3.469,61	322.166,56	11.870,38
29/05/2019	24/05/2011	6,3400	14/01/2009	15/08/2020	424,79	3.340,80	1.419.126,75	3.469,61	1.473.841,77	54.715,02
29/05/2019	23/07/2010	6,8600	15/10/2003	15/08/2024	250,04	3.244,08	811.147,24	3.874,77	968.843,88	157.696,63
29/05/2019	23/07/2010	6,8500	15/10/2003	15/08/2024	285,66	3.245,57	927.132,46	3.874,77	1.106.870,95	179.738,49
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	178,55	3.225,76	575.945,46	3.874,77	691.824,51	115.879,04
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	357,15	3.225,86	1.152.127,94	3.874,77	1.383.890,32	231.762,38
29/05/2019	27/08/2010	8,1500	15/10/2003	15/08/2024	178,55	3.092,58	552.166,93	3.874,77	691.824,51	139.657,57
29/05/2019	27/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2030	580,29	3.350,59	1.944.314,95	4.197,76	2.435.914,50	491.599,54
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	18,68	3.220,35	60.165,30	4.197,76	78.426,09	18.260,80
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	622,76	3.220,35	2.005.509,83	4.197,76	2.614.203,15	608.693,32
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	178,55	3.074,51	548.941,93	4.370,22	780.283,88	231.341,95
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	178,55	3.074,51	548.941,93	4.370,22	780.283,88	231.341,95
29/05/2019	23/07/2010	7,1300	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.971,78	530.598,44	4.370,22	780.283,88	249.685,44
29/05/2019	23/07/2010	7,7500	07/03/2006	15/05/2035	178,55	2.809,36	501.599,56	4.370,22	780.283,88	278.684,32
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	178,55	3.074,51	548.941,58	4.370,22	780.283,88	231.342,31
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	89,37	3.031,53	270.917,10	4.370,22	390.550,18	119.633,09
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	18,81	3.031,53	57.015,31	4.370,22	82.192,44	25.177,14
29/05/2019	27/08/2010	7,9900	07/03/2006	15/05/2035	122,44	2.749,07	336.581,98	4.370,22	535.067,36	198.485,38
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	107,18	3.009,38	322.537,33	4.370,22	468.388,06	145.850,73
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	249,04	3.031,53	754.980,81	4.370,22	1.088.369,46	333.388,65
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	178,55	3.009,38	537.312,33	4.370,22	780.283,88	242.971,56
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	07/03/2006	15/05/2035	5,98	3.303,12	19.747,73	4.370,22	26.127,40	6.379,67
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	944,54	3.350,59	3.164.776,22	4.588,90	4.334.410,09	1.169.633,87
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	73,61	3.350,59	246.638,46	4.588,90	337.790,78	91.152,32
29/05/2019	30/07/2015	6,5000	10/02/2010	15/08/2040	83,95	3.173,79	266.433,93	4.588,90	385.230,09	118.796,16
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	357,15	3.028,83	1.081.758,25	4.665,55	1.666.320,59	584.562,34
29/05/2019	23/07/2010	7,9500	15/08/2004	15/05/2045	195,55	2.629,54	514.200,28	4.665,55	912.335,95	398.135,66
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	178,55	3.028,83	540.784,81	4.665,55	833.015,02	292.230,21
29/05/2019	23/07/2010	6,3400	15/08/2004	15/05/2045	645,49	3.172,62	2.047.904,84	4.665,55	3.011.580,28	963.675,44
29/05/2019	23/07/2010	6,3000	15/08/2004	15/05/2045	160,73	3.186,88	512.241,98	4.665,55	749.916,90	237.674,92
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	472,30	4.204,15	1.985.631,81	4.885,94	2.307.640,47	322.008,66
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	23,60	4.204,15	99.229,23	4.885,94	115.321,17	16.091,94
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	472,30	3.891,26	1.837.853,16	4.885,94	2.307.640,47	469.787,31
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	141,68	3.891,26	551.307,48	4.885,94	692.231,29	140.923,80
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	472,30	3.181,15	1.502.464,57	4.885,94	2.307.640,47	805.175,90
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	262,62	3.181,15	835.428,94	4.885,94	1.283.138,17	447.709,23
29/05/2019	30/06/2014	6,0200	10/02/2010	15/08/2050	265,30	3.347,06	887.963,47	4.885,94	1.296.222,10	408.258,63
29/05/2019	29/07/2015	6,4600	10/02/2010	15/08/2050	69,75	3.159,76	220.391,01	4.885,94	340.790,79	120.399,78
TOTAL		6,2531			65.361,00		33.464.467,75		44.907.526,17	11.443.058,42

Plano COPASA SALDADO - BD

Data entrada em carteira própria	Data Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	Valor atualizado pela Taxa de Compra (valor Contabilizado) (A)	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de Atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
06/12/2016	06/12/2016	6,1000	14/01/2009	15/08/2020	2.900,00	3.345,36	9.701.546,13	3.469,61	10.061.870,05	360.323,92
24/05/2017	24/05/2017	5,6200	15/01/2014	15/05/2023	486,00	3.339,75	1.623.119,94	3.738,08	1.816.707,78	193.587,84
13/08/2018	13/08/2018	5,6100	15/10/2003	15/05/2023	755,00	3.400,54	2.567.408,11	3.738,08	2.822.251,79	254.843,68
24/05/2017	24/05/2017	5,5900	20/01/2016	15/08/2026	4.042,00	3.421,10	13.828.089,00	3.993,95	16.143.529,55	2.315.440,55
13/08/2018	13/08/2018	5,6500	20/01/2016	15/08/2026	5.001,00	3.410,93	17.058.076,01	3.993,95	19.973.723,72	2.915.647,71
06/12/2016	06/12/2016	6,0800	10/02/2010	15/08/2030	8.347,00	3.333,47	27.824.484,92	4.197,76	35.038.672,39	7.214.187,47
10/05/2018	10/05/2018	5,0800	10/02/2010	15/08/2030	634,00	3.592,10	2.277.391,26	4.197,76	2.661.377,54	383.986,28
13/08/2018	13/08/2018	5,7400	10/02/2010	15/08/2030	648,00	3.418,57	2.215.230,89	4.197,76	2.720.146,13	504.915,23
10/05/2018	10/05/2018	5,2400	07/03/2006	15/05/2035	83,00	3.560,92	295.556,15	4.370,22	362.727,87	67.171,73
13/08/2018	13/08/2018	5,7700	07/03/2006	15/05/2035	87,00	3.380,82	294.131,43	4.370,22	380.208,74	86.077,31
06/12/2016	06/12/2016	6,1100	10/02/2010	15/08/2040	749,00	3.312,58	2.481.123,62	4.588,90	3.437.083,04	955.959,42
10/05/2018	10/05/2018	5,2900	10/02/2010	15/08/2040	2.046,00	3.638,14	7.443.631,04	4.588,90	9.388.881,05	1.945.250,01
14/08/2018	14/08/2018	5,7700	10/02/2010	15/08/2040	2.095,00	3.442,51	7.212.061,85	4.588,90	9.613.736,95	2.401.675,10
10/05/2018	10/05/2018	5,3800	15/08/2004	15/05/2045	725,00	3.581,63	2.596.679,75	4.665,55	3.382.525,20	785.845,45
13/08/2018	13/08/2018	5,8200	15/08/2004	15/05/2045	763,00	3.384,11	2.582.074,49	4.665,55	3.559.816,18	977.741,69
13/06/2013	13/06/2013	5,5000	10/02/2010	15/08/2050	18.000,00	3.592,97	64.673.526,45	4.885,94	87.946.836,70	23.273.310,24
13/06/2013	13/06/2013	5,4500	10/02/2010	15/08/2050	18.000,00	3.618,10	65.125.820,72	4.885,94	87.946.836,70	22.821.015,97
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	827,25	3.341,77	2.764.478,95	3.469,61	2.870.234,08	105.755,13
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	1.157,06	3.341,77	3.866.639,88	3.469,61	4.014.558,17	147.918,29
29/05/2019	24/05/2011	6,3400	14/01/2009	15/08/2020	5.293,31	3.340,80	17.683.917,82	3.469,61	18.365.728,58	681.810,75
29/05/2019	23/07/2010	6,8600	15/10/2003	15/08/2024	3.115,77	3.244,08	10.107.808,32	3.874,77	12.072.886,01	1.965.077,69
29/05/2019	23/07/2010	6,8500	15/10/2003	15/08/2024	3.559,66	3.245,57	11.553.114,72	3.874,77	13.792.858,82	2.239.744,10
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	2.224,88	3.225,76	7.176.929,23	3.874,77	8.620.912,63	1.443.983,39
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	4.450,54	3.225,86	14.356.811,85	3.874,77	17.244.832,20	2.888.020,35
29/05/2019	27/08/2010	8,1500	15/10/2003	15/08/2024	2.224,88	3.092,58	6.880.621,93	3.874,77	8.620.912,63	1.740.290,69
29/05/2019	27/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2030	7.231,06	3.350,59	24.228.354,41	4.197,76	30.354.238,43	6.125.884,02
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	232,81	3.220,35	749.727,35	4.197,76	977.277,48	227.550,13
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	7.760,32	3.220,35	24.990.911,54	4.197,76	32.575.915,89	7.585.004,35
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	3.074,51	6.840.434,83	4.370,22	9.723.216,10	2.882.781,27
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	3.074,51	6.840.434,83	4.370,22	9.723.216,10	2.882.781,27
29/05/2019	23/07/2010	7,1300	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.971,78	6.611.854,25	4.370,22	9.723.216,10	3.111.361,85
29/05/2019	23/07/2010	7,7500	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	2.809,36	6.250.495,50	4.370,22	9.723.216,10	3.472.720,60
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	3.074,51	6.840.430,39	4.370,22	9.723.216,10	2.882.785,71
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	1.113,61	3.031,53	3.375.932,18	4.370,22	4.866.695,19	1.490.763,00
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	234,36	3.031,53	710.474,92	4.370,22	1.024.210,42	313.735,49
29/05/2019	27/08/2010	7,9900	07/03/2006	15/05/2035	1.525,68	2.749,07	4.194.190,57	4.370,22	6.667.541,98	2.473.351,41
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	1.335,55	3.009,38	4.019.178,39	4.370,22	5.836.642,80	1.817.464,41
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	3.103,35	3.031,53	9.407.911,37	4.370,22	13.562.309,45	4.154.398,08
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	2.224,88	3.009,38	6.695.516,82	4.370,22	9.723.216,10	3.027.699,28
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	07/03/2006	15/05/2035	74,50	3.303,12	246.078,92	4.370,22	325.576,82	79.497,90
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	11.770,07	3.350,59	39.436.676,48	4.588,90	54.011.632,04	14.574.955,56
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	917,27	3.350,59	3.073.393,00	4.588,90	4.209.253,58	1.135.860,58
29/05/2019	30/07/2015	6,5000	10/02/2010	15/08/2040	1.046,09	3.173,79	3.320.066,85	4.588,90	4.800.400,87	1.480.334,02
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	4.450,54	3.028,83	13.479.926,25	4.665,55	20.764.231,52	7.284.305,26
29/05/2019	23/07/2010	7,9500	15/08/2004	15/05/2045	2.436,74	2.629,54	6.407.514,74	4.665,55	11.368.733,56	4.961.218,82
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	2.224,88	3.028,83	6.738.787,89	4.665,55	10.380.305,45	3.641.517,56
29/05/2019	23/07/2010	6,3400	15/08/2004	15/05/2045	8.043,57	3.172,62	25.519.201,09	4.665,55	37.527.682,60	12.008.481,50
29/05/2019	23/07/2010	6,3000	15/08/2004	15/05/2045	2.002,94	3.186,88	6.383.112,10	4.665,55	9.344.809,34	2.961.697,24
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	5.885,42	4.204,15	24.743.208,95	4.885,94	28.755.799,61	4.012.590,66
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	294,12	4.204,15	1.236.507,94	4.885,94	1.437.031,65	200.523,72
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	5.885,42	3.891,26	22.901.720,59	4.885,94	28.755.799,61	5.854.079,02
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	1.765,47	3.891,26	6.869.912,23	4.885,94	8.625.981,56	1.756.069,33
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	5.885,42	3.181,15	18.722.400,92	4.885,94	28.755.799,61	10.033.398,69
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	3.272,53	3.181,15	10.410.385,64	4.885,94	15.989.346,91	5.578.961,27
29/05/2019	30/06/2014	6,0200	10/02/2010	15/08/2050	3.305,89	3.347,06	11.065.025,09	4.885,94	16.152.387,44	5.087.362,35
29/05/2019	29/07/2015	6,4600	10/02/2010	15/08/2050	869,16	3.159,76	2.746.320,17	4.885,94	4.246.637,07	1.500.316,90
TOTAL		6,0544			65.361,00		619.246.360,69		822.515.391,94	203.269.031,25

Plano PRODEMGE SALDADO - BD

Data entrada em carteira própria	Data Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	Valor atualizado pela Taxa de Compra (valor Contabilizado) (A)	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de Atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
24/05/2017	24/05/2017	5,5200	06/01/2016	15/05/2021	6,00	3.320,81	19.924,83	3.534,95	21.209,72	1.284,88
24/05/2017	24/05/2017	5,6500	13/10/2011	15/08/2022	45,00	3.376,34	151.935,09	3.711,70	167.026,41	15.091,32
24/05/2017	24/05/2017	5,6200	15/01/2014	15/05/2023	134,00	3.339,75	447.526,90	3.738,08	500.902,97	53.376,07
24/05/2017	24/05/2017	5,4900	15/10/2003	15/08/2024	41,00	3.416,00	140.055,80	3.874,77	158.865,65	18.809,85
13/08/2018	13/08/2018	5,6500	20/01/2016	15/08/2026	1.816,00	3.410,93	6.194.254,36	3.993,95	7.253.005,85	1.058.751,50
10/05/2018	10/05/2018	5,0800	10/02/2010	15/08/2030	184,00	3.592,10	660.946,36	4.197,76	772.387,17	111.440,81
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	109,29	3.341,77	365.236,92	3.469,61	379.209,06	13.972,14
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	152,87	3.341,77	510.852,02	3.469,61	530.394,66	19.542,64
29/05/2019	24/05/2011	6,3400	14/01/2009	15/08/2020	699,34	3.340,80	2.336.360,60	3.469,61	2.426.439,95	90.079,35
29/05/2019	23/07/2010	6,8600	15/10/2003	15/08/2024	411,65	3.244,08	1.335.421,56	3.874,77	1.595.043,33	259.621,77
29/05/2019	23/07/2010	6,8500	15/10/2003	15/08/2024	470,29	3.245,57	1.526.372,28	3.874,77	1.822.282,38	295.910,10
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	293,95	3.225,76	948.200,21	3.874,77	1.138.976,15	190.775,93
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	588,00	3.225,86	1.896.790,62	3.874,77	2.278.349,56	381.558,94
29/05/2019	27/08/2010	8,1500	15/10/2003	15/08/2024	293,95	3.092,58	909.052,74	3.874,77	1.138.976,15	229.923,41
29/05/2019	27/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2030	955,35	3.350,59	3.200.997,27	4.197,76	4.010.335,68	809.338,42
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	30,76	3.220,35	99.052,34	4.197,76	129.115,77	30.063,43
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	1.025,28	3.220,35	3.301.744,65	4.197,76	4.303.858,86	1.002.114,21
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	293,95	3.074,51	903.743,31	4.370,22	1.284.610,07	380.866,76
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	293,95	3.074,51	903.743,31	4.370,22	1.284.610,07	380.866,76
29/05/2019	23/07/2010	7,1300	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.971,78	873.543,74	4.370,22	1.284.610,07	411.066,33
29/05/2019	23/07/2010	7,7500	07/03/2006	15/05/2035	293,95	2.809,36	825.801,81	4.370,22	1.284.610,07	458.808,26
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	293,95	3.074,51	903.742,72	4.370,22	1.284.610,07	380.867,35
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	147,13	3.031,53	446.020,79	4.370,22	642.977,14	196.956,35
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	30,96	3.031,53	93.866,40	4.370,22	135.316,44	41.450,05
29/05/2019	27/08/2010	7,9900	07/03/2006	15/05/2035	201,57	2.749,07	554.127,30	4.370,22	880.901,08	326.773,79
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	176,45	3.009,38	531.005,07	4.370,22	771.124,50	240.119,43
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	410,01	3.031,53	1.242.952,70	4.370,22	1.791.822,70	548.870,00
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	293,95	3.009,38	884.597,06	4.370,22	1.284.610,07	400.013,02
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	07/03/2006	15/05/2035	9,84	3.303,12	32.511,41	4.370,22	43.014,50	10.503,09
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	1.555,04	3.350,59	5.210.287,56	4.588,90	7.135.898,85	1.925.611,29
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	121,19	3.350,59	406.049,97	4.588,90	556.117,39	150.067,42
29/05/2019	30/07/2015	6,5000	10/02/2010	15/08/2040	138,21	3.173,79	438.639,98	4.588,90	634.218,48	195.578,50
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	588,00	3.028,83	1.780.938,41	4.665,55	2.743.324,92	962.386,50
29/05/2019	23/07/2010	7,9500	15/08/2004	15/05/2045	321,94	2.629,54	846.546,85	4.665,55	1.502.012,25	655.465,39
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	293,95	3.028,83	890.313,94	4.665,55	1.371.423,28	481.109,35
29/05/2019	23/07/2010	6,3400	15/08/2004	15/05/2045	1.062,70	3.172,62	3.371.541,11	4.665,55	4.958.075,46	1.586.534,35
29/05/2019	23/07/2010	6,3000	15/08/2004	15/05/2045	264,62	3.186,88	843.322,83	4.665,55	1.234.615,80	391.292,97
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	777,57	4.204,15	3.269.018,72	4.885,94	3.799.153,44	530.134,71
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	38,86	4.204,15	163.364,73	4.885,94	189.857,48	26.492,76
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	777,57	3.891,26	3.025.725,30	4.885,94	3.799.153,44	773.428,13
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	233,25	3.891,26	907.637,80	4.885,94	1.139.645,84	232.008,04
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	777,57	3.181,15	2.473.562,72	4.885,94	3.799.153,44	1.325.590,72
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	432,36	3.181,15	1.375.397,41	4.885,94	2.112.477,59	737.080,18
29/05/2019	30/06/2014	6,0200	10/02/2010	15/08/2050	436,77	3.347,06	1.461.886,95	4.885,94	2.134.018,15	672.131,20
29/05/2019	29/07/2015	6,4600	10/02/2010	15/08/2050	114,83	3.159,76	362.837,82	4.885,94	561.056,41	198.218,59
TOTAL		6,2244			17.930,77		59.067.452,26		78.269.398,32	19.201.946,06

Plano PRODEMGE FECHADO - BD										
Data entrada em carteira própria	Data Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	Valor atualizado pela Taxa de Compra (valor Contabilizado) (A)	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de Atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
24/07/2015	24/07/2015	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	8	3.341,74	26.733,94	3.469,61	27.756,88	1.022,94
24/07/2015	24/07/2015	6,3400	14/01/2009	15/08/2020	36	3.340,78	120.267,93	3.469,61	124.905,97	4.638,04
24/07/2015	24/07/2015	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	6	3.341,74	20.050,46	3.469,61	20.817,66	767,21
24/05/2017	24/05/2017	5,6200	15/01/2014	15/05/2023	13	3.339,75	43.416,79	3.738,08	48.595,06	5.178,28
24/07/2015	24/07/2015	8,1500	15/10/2003	15/08/2024	15	3.092,47	46.387,01	3.874,77	58.121,58	11.734,56
24/07/2015	24/07/2015	6,8500	15/10/2003	15/08/2024	24	3.245,46	77.890,94	3.874,77	92.994,53	15.103,58
24/07/2015	24/07/2015	6,8600	15/10/2003	15/08/2024	21	3.243,97	68.123,37	3.874,77	81.370,21	13.246,84
24/07/2015	24/07/2015	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	30	3.225,74	96.772,33	3.874,77	116.243,16	19.470,83
24/07/2015	24/07/2015	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	15	3.225,64	48.384,65	3.874,77	58.121,58	9.736,93
24/05/2017	24/05/2017	5,4900	15/10/2003	15/08/2024	14	3.416,00	47.823,93	3.874,77	54.246,81	6.422,88
24/05/2017	24/05/2017	5,5900	20/01/2016	15/08/2026	46	3.421,10	157.370,63	3.993,95	183.721,51	26.350,88
24/07/2015	24/07/2015	6,0100	10/02/2010	15/08/2030	49	3.350,43	164.171,26	4.197,76	205.690,06	41.518,80
24/05/2017	24/05/2017	5,4400	10/02/2010	15/08/2030	19	3.494,94	66.403,89	4.197,76	79.757,37	13.353,49
24/07/2015	24/07/2015	6,0100	07/03/2006	15/05/2035	1	3.302,94	3.302,94	4.370,22	4.370,22	1.067,27
24/07/2015	24/07/2015	7,9900	07/03/2006	15/05/2035	10	2.748,92	27.489,19	4.370,22	43.702,15	16.212,96
24/07/2015	24/07/2015	7,7500	07/03/2006	15/05/2035	15	2.809,21	42.138,14	4.370,22	65.553,23	23.415,09
24/07/2015	24/07/2015	7,1300	07/03/2006	15/05/2035	15	2.971,62	44.574,29	4.370,22	65.553,23	20.978,94
24/07/2015	24/07/2015	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	15	3.009,22	45.138,31	4.370,22	65.553,23	20.414,92
24/07/2015	24/07/2015	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	9	3.009,22	27.082,99	4.370,22	39.331,94	12.248,95
24/07/2015	24/07/2015	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	7	3.031,37	21.219,62	4.370,22	30.591,51	9.371,89
24/07/2015	24/07/2015	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	21	3.031,37	63.658,85	4.370,22	91.774,52	28.115,67
24/07/2015	24/07/2015	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	15	3.074,35	46.115,29	4.370,22	65.553,23	19.437,94
24/07/2015	24/07/2015	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	15	3.074,35	46.115,29	4.370,22	65.553,23	19.437,94
24/07/2015	24/07/2015	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	15	3.074,35	46.115,26	4.370,22	65.553,23	19.437,97
24/07/2015	24/07/2015	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	2	3.031,37	6.062,75	4.370,22	8.740,43	2.677,68
24/05/2017	24/05/2017	5,4300	07/03/2006	15/05/2035	46	3.496,50	160.839,18	4.370,22	201.029,91	40.190,72
24/07/2015	24/07/2015	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	6	3.350,41	20.102,43	4.588,90	27.533,38	7.430,94
24/07/2015	24/07/2015	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	79	3.350,41	264.682,00	4.588,90	362.522,78	97.840,78
24/05/2017	24/05/2017	5,3800	10/02/2010	15/08/2040	68	3.602,04	244.938,50	4.588,90	312.044,92	67.106,42
24/07/2015	24/07/2015	7,9500	15/08/2004	15/05/2045	16	2.629,54	42.072,71	4.665,55	74.648,83	32.576,12
24/07/2015	24/07/2015	6,3000	15/08/2004	15/05/2045	13	3.186,87	41.429,37	4.665,55	60.652,18	19.222,80
24/07/2015	24/07/2015	6,3400	15/08/2004	15/05/2045	54	3.172,44	171.311,85	4.665,55	251.939,81	80.627,95
24/07/2015	24/07/2015	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	15	3.028,83	45.432,43	4.665,55	69.983,28	24.550,85
24/07/2015	24/07/2015	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	30	3.028,83	90.864,86	4.665,55	139.966,56	49.101,70
24/05/2017	24/05/2017	5,4400	15/08/2004	15/05/2045	62	3.553,69	220.328,75	4.665,55	289.264,22	68.935,47
24/07/2015	24/07/2015	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	39	4.203,91	163.952,60	4.885,94	190.551,48	26.598,88
24/07/2015	24/07/2015	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	2	4.203,91	8.407,83	4.885,94	9.771,87	1.364,05
24/07/2015	24/07/2015	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	39	3.891,04	151.750,54	4.885,94	190.551,48	38.800,94
24/07/2015	24/07/2015	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	12	3.891,04	46.692,47	4.885,94	58.631,22	11.938,75
24/07/2015	24/07/2015	6,0200	10/02/2010	15/08/2050	22	3.346,87	73.631,05	4.885,94	107.490,58	33.859,53
24/07/2015	24/07/2015	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	39	3.180,96	124.057,55	4.885,94	190.551,48	66.493,93
24/07/2015	24/07/2015	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	22	3.180,96	69.981,18	4.885,94	107.490,58	37.509,39
24/05/2017	24/05/2017	5,3500	14/01/2015	15/08/2050	99	3.641,34	360.493,06	4.885,94	483.707,60	123.214,54
TOTAL		5,9937			1099		3.703.778,44		4.892.504,69	1.188.726,25

Plano MGS - BD										
Data entrada em carteira própria	Data Aplicação	Taxa %AA	Emissão	Venc.	Qtd	PU Curva	Valor atualizado pela Taxa de Compra (valor Contabilizado) (A)	PU Mercado	Valor atualizado pela Taxa de Mercado (B)	Diferença Marcação na Curva e a Mercado (B - A)
Título: NTN-B / Índice de Atualização: IPCA / Emitente: Tesouro										
24/05/2017	24/05/2017	5,5900	20/01/2016	15/08/2026	209,00	3.421,10	715.010,04	3.993,95	834.734,70	119.724,66
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	63,07	3.341,77	210.763,34	3.469,61	218.826,09	8.062,75
29/05/2019	23/07/2010	6,2900	14/01/2009	15/08/2020	88,21	3.341,77	294.791,88	3.469,61	306.069,14	11.277,26
29/05/2019	24/05/2011	6,3400	14/01/2009	15/08/2020	403,56	3.340,80	1.348.218,50	3.469,61	1.400.199,62	51.981,12
29/05/2019	23/07/2010	6,8600	15/10/2003	15/08/2024	237,55	3.244,08	770.617,36	3.874,77	920.434,51	149.817,15
29/05/2019	23/07/2010	6,8500	15/10/2003	15/08/2024	271,39	3.245,57	880.807,25	3.874,77	1.051.564,90	170.757,66
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	169,62	3.225,76	547.167,71	3.874,77	657.256,72	110.089,02
29/05/2019	23/07/2010	7,0100	15/10/2003	15/08/2024	339,31	3.225,86	1.094.560,58	3.874,77	1.314.742,69	220.182,12
29/05/2019	27/08/2010	8,1500	15/10/2003	15/08/2024	169,62	3.092,58	524.577,29	3.874,77	657.256,72	132.679,43
29/05/2019	27/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2030	551,29	3.350,59	1.847.165,08	4.197,76	2.314.201,30	467.036,22
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	17,75	3.220,35	57.159,07	4.197,76	74.507,45	17.348,38
29/05/2019	29/07/2015	6,5500	10/02/2010	15/08/2030	591,65	3.220,35	1.905.302,29	4.197,76	2.483.581,57	578.279,27
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	169,62	3.074,51	521.513,44	4.370,22	741.296,13	219.782,69
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	169,62	3.074,51	521.513,44	4.370,22	741.296,13	219.782,69
29/05/2019	23/07/2010	7,1300	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.971,78	504.086,50	4.370,22	741.296,13	237.209,63
29/05/2019	23/07/2010	7,7500	07/03/2006	15/05/2035	169,62	2.809,36	476.536,58	4.370,22	741.296,13	264.759,55
29/05/2019	23/07/2010	6,7700	07/03/2006	15/05/2035	169,62	3.074,51	521.513,10	4.370,22	741.296,13	219.783,03
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	84,90	3.031,53	257.380,42	4.370,22	371.035,91	113.655,48
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	17,87	3.031,53	54.166,47	4.370,22	78.085,61	23.919,13
29/05/2019	27/08/2010	7,9900	07/03/2006	15/05/2035	116,32	2.749,07	319.764,28	4.370,22	508.332,12	188.567,84
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	101,82	3.009,38	306.421,39	4.370,22	444.984,53	138.563,14
29/05/2019	27/08/2010	6,9200	07/03/2006	15/05/2035	236,60	3.031,53	717.257,35	4.370,22	1.033.987,87	316.730,51
29/05/2019	27/08/2010	7,0000	07/03/2006	15/05/2035	169,62	3.009,38	510.464,92	4.370,22	741.296,13	230.831,21
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	07/03/2006	15/05/2035	5,68	3.303,12	18.761,01	4.370,22	24.821,91	6.060,90
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	897,35	3.350,59	3.006.644,63	4.588,90	4.117.836,44	1.111.191,81
29/05/2019	30/06/2014	6,0100	10/02/2010	15/08/2040	69,93	3.350,59	234.314,89	4.588,90	320.912,68	86.597,79
29/05/2019	30/07/2015	6,5000	10/02/2010	15/08/2040	79,75	3.173,79	253.121,26	4.588,90	365.981,64	112.860,38
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	339,31	3.028,83	1.027.706,99	4.665,55	1.583.061,02	555.354,03
29/05/2019	23/07/2010	7,9500	15/08/2004	15/05/2045	185,78	2.629,54	488.507,69	4.665,55	866.750,06	378.242,37
29/05/2019	23/07/2010	6,7200	15/08/2004	15/05/2045	169,62	3.028,83	513.763,89	4.665,55	791.392,49	277.628,60
29/05/2019	23/07/2010	6,3400	15/08/2004	15/05/2045	613,24	3.172,62	1.945.578,99	4.665,55	2.861.103,31	915.524,32
29/05/2019	23/07/2010	6,3000	15/08/2004	15/05/2045	152,70	3.186,88	486.647,24	4.665,55	712.446,47	225.799,23
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	448,70	4.204,15	1.886.417,49	4.885,94	2.192.336,63	305.919,14
29/05/2019	28/03/2013	4,4200	10/02/2010	15/08/2050	22,42	4.204,15	94.271,13	4.885,94	109.559,02	15.287,89
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	448,70	3.891,26	1.746.022,78	4.885,94	2.192.336,63	446.313,86
29/05/2019	05/06/2013	4,9400	10/02/2010	15/08/2050	134,60	3.891,26	523.760,79	4.885,94	657.643,18	133.882,39
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	448,70	3.181,15	1.427.392,25	4.885,94	2.192.336,63	764.944,39
29/05/2019	28/11/2013	6,4100	10/02/2010	15/08/2050	249,50	3.181,15	793.685,80	4.885,94	1.219.024,73	425.338,93
29/05/2019	30/06/2014	6,0200	10/02/2010	15/08/2050	252,04	3.347,06	843.595,39	4.885,94	1.231.454,91	387.859,53
29/05/2019	29/07/2015	6,4600	10/02/2010	15/08/2050	66,26	3.159,76	209.378,92	4.885,94	323.702,79	114.383,87
TOTAL		6,3003			9.271,58		30.406.329,39		40.880.338,76	10.474.009,37

A Fundação Libertas realiza estudos de ALM (casamento de ativos e passivos) para os planos constituídos na modalidade de Benefício Definido, a fim de definir os limites de macro alocação dos investimentos da entidade, além de:

- Encontrar a melhor combinação de ativos para maximizar a probabilidade de os planos de benefícios da Fundação atingirem os seus objetivos, diante das premissas estabelecidas;
- Melhorar a condição de solvência dos planos, por meio da minimização da volatilidade do resultado acumulado;
- Reduzir o risco de liquidez.

A diferença entre o "Valor atualizado pela Taxa de Compra" e o "Valor atualizado pela Taxa Atuarial do Plano" que será utilizado para apuração do resultado ajustado do Plano, consta demonstrado no item 5.7.1.

Para os Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida, são realizados estudos de "Fronteira Eficiente" a fim de otimizar a relação Risco x Retorno dos investimentos, observando as características de cada Plano.

5.3.2 Créditos Privados

Em julho de 2018, a Fundação Libertas adquiriu Debêntures de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG), no montante total de R\$ 13.450 mil, emitidas à taxa de IPCA + 6,501% a.a, com vencimento em julho de 2025. Em dezembro de 2019 o valor atualizado destas Debêntures montava: R\$ 16.149 mil (R\$ 14.433 mil em dez/2018). Os títulos foram alocados conforme tabela a seguir.

A avaliação dos limites de alocação dos ativos emitidos por patrocinadores pode ser observada no item 5.3.6.

Em R\$ mil		
PLANO	Debêntures (Copasa)	
	2019	2018
CODEMIGPREV – CD	288	258
COHABPREV – CD	66	59
COPASA – CD	15.009	13.413
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	786	703
TOTAL	16.149	14.433

No grupo “Créditos Privados”, em carteira própria, também consta Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que constavam registrados no Fundo de investimento exclusivo, sob gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, objeto de resgate integral em maio de 2019. Os valores estão alocados conforme disposto na tabela a seguir.

Em R\$ mil		
PLANO	Certificado de Recebíveis Imobiliários	
	2019	Mai/19
COHAB SALDADO – BD	130	64
COPASA SALDADO - BD	1.623	787
PRODEMGE SALDADO - BD	214	105
MGS – BD	124	60
TOTAL	2.091	1.016

5.3.3 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos são selecionados pela área financeira e para serem investidos devem passar por avaliação do Comitê de Investimentos, de acordo com os critérios estabelecidos nas respectivas políticas de investimentos dos planos. A estrutura dos fundos de investimentos da Fundação tem em sua composição:

- a) Fundo de investimento, exclusivo, de liquidez imediata, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 769.204 mil (Em 2018 era de R\$ 629.808 mil), sob gestão do Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA. Possui a seguinte composição:

Em R\$ mil		
Emissor	2019	2018
Títulos públicos	702.959	585.873
Certificado de Depósito Bancário	2.726	3.852
Letras Financeiras	25.281	17.485
Debêntures	38.044	22.396
Outros	194	202
TOTAL	769.204	629.808

Neste fundo constava investimento na empresa Ecorodovias, realizado em outubro de 2012, no valor de R\$ 1.424 mil. No exercício de 2019, ocorreu a amortização final do ativo no montante de R\$ 1.103 mil. O valor amortizado até dezembro de 2018 totalizava R\$ 1.557 mil.

- b) Fundo de investimento, exclusivo, com predominância de ativos indexados a índices de preços com precificação apurada pela marcação a mercado, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.286.535 mil (Em 2018 era de R\$ 1.156.031 mil), sob gestão do Banco Itaú Unibanco S.A.

Em R\$ mil		
Emissor	2019	2018
Titulos públicos	1.061.704	949.413
Letras Financeiras	131.532	119.724
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.836	4.599
Debêntures	-	2.351
Outros	89.463	79.945
TOTAL	1.286.535	1.156.031

- c) Fundo de investimento composto por Certificados de Recebíveis Imobiliários, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.634 mil (Em 2018 era de R\$ 17.536 mil), sob gestão do Modal Administradora de Recursos S/A. Neste fundo a entidade investiu R\$ 21.135 mil. Até 31 de dezembro de 2019 a Fundação já havia recebido a título de Amortização / Resgates o montante de R\$ 23.425 mil.

Em dezembro/2019 a Fundação Libertas alocou R\$ 5.243 mil em Fundo de Investimento sob gestão da VINCI Gestora de Investimentos, cuja posição em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 5.261 mil.

- d) Fundo de Direitos Creditórios: A Fundação Libertas realiza investimentos em Fundos de Direitos Creditórios (ou que priorizam investimentos neste segmento), realizando alocações estratégicas em 3 Fundos, geridos pelas casas XP Gestão de Recursos LTDA; Vinci Gestora de Investimentos e Western Asset Management DTVM. Em dezembro de 2019 o montante total investido era de R\$ 39.956 mil (R\$ 33.747 mil em 2018);
- e) Fundos de Investimentos, exclusivo, em Renda Variável, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 254.258 mil (Em 2018 era de R\$ 148.465 mil). Durante o exercício de 2019 a Fundação Libertas realizou aumento de exposição ao Risco de Renda Variável no montante de R\$ 48.712 mil, conforme demonstrado na tabela a seguir, observando os parâmetros definidos na Política de Investimentos, a fim de possibilitar melhor retorno aos planos.

Em R\$ mil	
PLANO	Investimentos em 2019
CODEMIGPREV – CD	1.161
COHAB SALDADO – BD	314
COHABPREV – CD	134
COPASA FECHADO - BD	1.653
COPASA SALDADO - BD	15.278
COPASA – CD	18.181
PRODEMGE FECHADO - BD	25
PRODEMGE SALDADO - BD	2.037
PRODEMGE - CD	5.890
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	1.650
MGS – BD	2.388
TOTAL	48.712

A Gestão do Fundo exclusivo é realizada pela VINCI Gestora de Investimentos. Na carteira deste Fundo, constava as seguintes alocações em outros Fundos de Investimento: SPX Apache FIC FIA, Navi Institucional FIA, Absoluto Partners Institucional V FIC FIA, Vinci Fatorial Dinâmico FIA, Moat Capital Fundo de Investimento Ações, AZ Quest Ações FIC FIA, Bahia Am Valuation FIC FIA, GTI Haifa FIA, Alaska Black Institucional FIA e Equitas Selection Institucional FIC FIA.

- f) Fundo Multimercados: A Fundação Libertas realiza investimentos em Fundos Multimercados, realizando alocações estratégicas em 4 Fundos, geridos pelas casas Garde Asset Management; SPX Gestão de Recursos; Bahia Asset Management. Em dezembro de 2019 o montante total investido era de R\$ 47.075 mil (R\$ 40.946 mil em 2018);
- g) Fundos de Investimentos em Participações e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, cujo montante investido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 98.027 mil (Em 2018 era de R\$ 94.435 mil).

Para estes fundos, a entidade se comprometeu em investir R\$ 125.000 mil, restando pendente de integralização 32,81% do valor comprometido. Nos atuais Fundos que compõe este segmento, a Fundação Libertas investiu R\$ 85.380 mil. Sendo que, até 31 de dezembro de 2019, já havia recebido a título de Amortização/Resgates, o montante de R\$ 51.971 mil.

Em dez/2019, constavam nesta carteira 8 fundos de investimentos, vinculados aos seguintes gestores: BRZ Investimentos; Kinea Private Equity Investimentos S.A; Ória Gestão de Recursos Ltda; Lacan Investimentos e Participações Ltda; BTG Pactual Gestora de Recursos; Hamilton Lane Investimentos Ltda.

Em 2013, a Fundação realizou seu primeiro investimento no Fundo de Investimento denominado FIC de FIP BTG Infraestrutura II, que investe em três companhias: Contrail, GlobeNet e Sete Brasil. Até dezembro de 2019 a Fundação já havia integralizado R\$ 9.820 mil. Desde o seu início, o referido Fundo realizou o montante de R\$ 11.097 mil a título de distribuição de dividendos e amortização. Em decorrência do risco de continuidade da empresa Sete Brasil, o Fundo realizou provisão para perda de 100% dos valores investidos. Os resultados contábeis de dezembro de 2019 já refletem o impacto desta provisão.

As aplicações em Fundos de Investimentos, acima descritas, possuem a seguintes alocações nos Planos de Benefícios:

Os ativos existentes no Fundo de investimento, exclusivo, com predominância de ativos indexados a índices de preços mantidos até o vencimento, foi incorporado em carteira própria, conforme descrito no item 5.3.1.

PLANO	Em R\$ mil					
	Fundo de Investimento em Ativos de Liquidez imediata		Fundo de Investimento em Títulos Públicos levados até o vencimento		Fundo de Investimento em Títulos Públicos Marcados a mercado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	24.891	25.397	-	-	-	-
COMIG – BD	2.888	2.749	-	-	-	-
CDI – BD	2.503	2.357	-	-	-	-
CODEMIGPREV – CD	6.628	8.279	-	-	29.582	26.540
COHAB SALDADO – BD	19.871	11.805	-	37.645	-	-
COHABPREV – CD	5.460	4.207	-	-	7.746	6.949
COPASA FECHADO - BD	135.889	125.539	-	-	-	-
COPASA SALDADO - BD	170.638	88.321	-	469.096	-	-
COPASA – CD	230.613	204.221	-	-	933.597	837.583
PRODEMGE FECHADO - BD	23.218	22.002	-	-	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	22.418	15.308	-	61.976	-	-
PRODEMGE - CD	64.074	70.123	-	-	279.404	250.669
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	34	32	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.045	4.423	-	-	36.206	34.291
IMA – BD	1.359	1.280	-	-	-	-
MGS – BD	34.030	24.890	-	35.764	-	-
MINASCAIXA – BD	19.632	18.873	-	-	-	-
VOCÉPREV	2.013	2	-	-	-	-
TOTAL	769.204	629.808	-	604.481	1.286.535	1.156.032

PLANO	Em R\$ mil					
	Fundo de Investimento em Crédito Imobiliário		Fundo de Investimento em Diretos Creditórios		Fundo de Investimento em Renda Variável	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	-	-	-	-	-	-
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-
CDI – BD	-	-	-	-	-	-
CODEMIGPREV – CD	102	-	610	524	2.681	1.019
COHAB SALDADO – BD	147	342	536	429	2.451	1.562
COHABPREV – CD	40	35	189	163	771	461
COPASA FECHADO - BD	258	809	-	-	3.842	1.470
COPASA SALDADO - BD	2.534	6.145	9.096	7.284	89.675	53.969
COPASA – CD	3.269	6.958	21.401	18.421	105.694	63.461
PRODEMGE FECHADO - BD	24	31	-	-	486	341
PRODEMGE SALDADO - BD	252	608	997	798	7.174	3.631
PRODEMGE - CD	950	1.851	6.326	5.441	30.982	18.129
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	146	404	799	687	4.899	2.260
IMA – BD	-	-	-	-	-	-
MGS – BD	173	353	-	-	5.603	2.162
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.895	17.536	39.954	33.747	254.258	148.465

PLANO	Em R\$ mil					
	Fundos de Investimentos Multimercados		Fundo de Investimento em Participação de Empresas		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	-	-	-	-	24.891	25.397
COMIG – BD	-	-	-	-	2.888	2.749
CDI – BD	-	-	-	-	2.503	2.357
CODEMIGPREV – CD	881	767	144	35	40.628	37.164
COHAB SALDADO – BD	-	-	1.766	1.880	24.771	53.663
COHABPREV – CD	248	216	194	174	14.648	12.205
COPASA FECHADO - BD	-	-	64	66	140.053	127.884
COPASA SALDADO - BD	5.226	4.545	34.901	34.166	312.070	663.525
COPASA – CD	29.625	25.767	41.374	39.231	1.365.573	1.195.644
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	157	167	23.885	22.541
PRODEMGE SALDADO - BD	909	791	3.494	3.383	35.244	86.494
PRODEMGE - CD	9.036	7.859	11.790	11.126	402.562	365.197
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	34	32
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	1.150	1.001	2.358	2.311	48.603	45.379
IMA – BD	-	-	-	-	1.359	1.280
MGS – BD	-	-	1.782	1.896	41.588	65.065
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	19.632	18.873
VOCÊPREV	-	-	-	-	2.013	2
TOTAL	47.075	40.946	98.024	94.435	2.502.945	2.725.451

5.3.4 Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários da Fundação Libertas é composta pelos seguintes imóveis, em 31 de dezembro de 2019:

- Imóvel denominado "AFONSO PENA"
- Imóvel denominado "BRASIF"
- Imóvel denominado "MAX APART"
- Imóvel denominado "PARAUNA"
- Imóvel denominado "RAJA CENTER"
- Imóvel denominado "FUNDAÇÃO LIBERTAS"

- Imóvel denominado "SILVIO MENICUCCI"
- Imóvel denominado "TRATEX"
- Imóvel denominado "LIFECENTER"

A Fundação Libertas reavaliou os imóveis em dezembro de 2019, por meio da empresa LAUTEC EQUIPE TECNICA ENGENHARIA S/S LTDA, CNPJ 03.014.670/0001-55 CREA/RS 105.128-D, responsáveis técnicos: Eduardo Aquino Gonçalves CREA 104.161-D; Rodrigo Lora Brandolt CREA 122.746-D e Luciano Blessmann Silveira CREA 50.211-D.

Os valores totais dos Investimentos Imobiliário bem como dos valores a receber decorrentes de alugueis de uso, constantes na carteira da Fundação Libertas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, segregado por plano de Benefício, pode ser observado na tabela em sequência:

PLANO	Em R\$ mil					
	VALOR DO BEM		VALORES À RECEBER		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
COHAB SALDADO – BD	3.436	3.416	124	130	3.560	3.546
COPASA FECHADO - BD	682	678	24	26	706	704
COPASA SALDADO - BD	62.736	62.382	2.266	2.362	65.002	64.744
COPASA – CD	74.389	73.970	2.688	2.800	77.077	76.770
PRODEMGE FECHADO - BD	513	510	18	19	531	529
PRODEMGE SALDADO - BD	6.548	6.510	236	247	6.784	6.757
PRODEMGE - CD	20.694	20.578	749	779	21.443	21.357
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.557	3.538	129	134	3.686	3.672
MGS – BD	4.015	3.994	146	151	4.161	4.145
TOTAL	176.570	175.576	6.380	6.648	182.950	182.224

Estão constituídas provisões para perdas prováveis em relação aos valores a receber, já deduzidas dos saldos apresentados.

Em conformidade com o disposto no parágrafo 5º, artigo 37 da Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maril de 2018, a Fundação Libertas vem diligenciando junto aos Cartórios de Registro de Imóveis a fim de realizar o levantamento dos Gravames nos imóveis denominados “AFONSO PENA”, “SILVIO MENICUCCI”, “FUNDAÇÃO LIBERTAS” e “TRATEX”, decorrente dos processos judiciais listados no item 5.5.3.

5.3.4.1 Valor do Bem / Reavaliação

As reavaliações foram registradas na contabilidade em 31 de dezembro de 2019 apresentando resultado positivo no segmento de R\$ 995 mil.

IMÓVEL	Valor até a data de Avaliação	Valor da Avaliação	Resultado da Avaliação	Conta contábil relacionada
Imóvel "AFONSO PENA"	3.215.000,00	3.247.000,00	32.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "BRASIF"	16.235.000,00	16.655.000,00	420.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "MAX APART"	4.349.000,00	4.498.000,00	149.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "PARAUNA"	4.075.000,00	4.110.000,00	35.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "RAJA CENTER"	10.739.000,00	10.824.000,00	85.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "FUNDAÇÃO LIBERTAS"	88.028.000,00	88.325.000,00	297.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "SILVIO MENICUCCI"	11.684.000,00	11.319.000,00	- 365.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "TRATEX"	4.878.000,00	4.984.000,00	106.000,00	1.2.3.6.04
Imóvel "LIFECENTER"	32.372.307,93	32.608.307,94	236.000,01	1.2.3.6.04
TOTAL	175.575.307,93	176.570.307,94	995.000,01	

5.3.5 Empréstimos à Participantes

Os Saldos dos empréstimos à participantes, realizadas por meio de cada plano de benefícios, podem observado na tabela em sequência.

Em R\$ mil		
PLANO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
	2019	2018
CODEMIGPREV – CD	674	788
COHAB SALDADO – BD	662	626
COHABPREV – CD	246	160
COPASA FECHADO - BD	630	588
COPASA SALDADO - BD	7.888	7.527
COPASA – CD	84.740	71.899
PRODEMGE FECHADO - BD	1	1
PRODEMGE SALDADO - BD	1.193	1.160
PRODEMGE – CD	6.852	6.798
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	2.544	3.366
MGS – BD	4.526	4.262
MINASCAIXA – BD	3	20
TOTAL	109.959	97.195

Estão constituídas provisões para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimos, já deduzidas dos saldos apresentados, para fazer jus à inadimplência de empréstimos, cujo montante, para os planos de benefícios sob gestão da Fundação Libertas, totaliza 2,37% do total emprestado em 31 de dezembro de 2019 (3,35% em 2018). Já para o Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), a provisão para perda representa cerca de 99,96% (Em 2018 era de 99,6%) dos empréstimos concedidos.

5.3.6 Limite de alocação por emissor – Patrocinadores

Na Política de Investimentos dos Planos administrados pela Libertas consta a possibilidade de realizar operações, direta ou indiretamente, em ativos financeiros de emissão da patrocinadora (ou grupo econômico), conforme prevê a Resolução CMN 4.661/2018.

A apuração do limite de alocação por emissor visa reduzir o risco da Patrocinadora, observando, inclusive, eventuais contratos de dívida assinados junto à Entidade.

O limite previsto na Política de investimento, equivale a 8% dos Recursos Garantidores do Plano. Em 2019, a Fundação Libertas possui os seguintes títulos:

Em R\$ mil			
Veículo	Tipo	2019	2018
Cartéria Própria	Debênture COPASA	16.149	14.433
Fundos de Investimentos	Ação CEMIG (CMIG3)	121	68
Fundos de Investimentos	Ação CEMIG (CMIG4)	1.331	3.143
Fundos de Investimentos	Ação Copasa (CSMG3)	646	-
Fundos de Investimentos	Debênture Copasa (CSMG17)	-	3.042
Fundos de Investimentos	Debênture Copasa (CSMG26)	-	4.437
Fundos de Investimentos	Debênture Copasa (CSMG3)	-	677
Fundos de Investimentos	FIDC LIGHT	20.197	20.917
Fundos de Investimentos	Ações LIGHT (LIGT3)	63	653
Fundos de Investimentos	Ações TAESA (TAEE11)	-	74
TOTAL		38.507	47.445

Para apuração dos limites acima, foram considerados os papéis emitidos diretamente pelas patrocinadoras da Fundação Libertas, bem como àqueles papéis em que o Estado de Minas Gerais possui alguma participação, a fim de contemplar o conceito de “grupo econômico”.

5.3.7 Outros Realizáveis – Plano Minas Caixa (Em Liquidação Extrajudicial)

Os direitos dos registros constantes nas contas “Outros Realizáveis”, abaixo listados, foram cedidos ao Estado de Minas Gerais, em cumprimento às disposições da Lei 21.527 de 16 de dezembro de 2014, contudo, permanecem ligados no Plano Minas Caixa (Em Liquidação Judicial).

- Imposto de Renda

Refere-se a valor a receber oriundo de discussões relativas ao Imposto de Renda recolhido no período compreendido entre maio de 1984 e dezembro de 1993. O direito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, definitiva e irrevogável. Essa decisão assegura restituição do imposto pago indevidamente, bem como sua complementação e atualização monetária.

A provisão contábil foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Plano MINASCAIXA no mês de dezembro de 2001. Em dezembro de 2014, conforme observado no item 4.2, o valor foi atualizado para R\$ 49.328 mil, permanecendo até dezembro de 2019.

- IOF

Conforme descrito no item 4.2, no mês de dezembro de 2014 foi provisionado o valor de R\$ 4.968 mil, para demonstrar os direitos do Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial) em relação ao pedido de repetição de indébito contra a União Federal, tendo em vista a sentença confirmada pelo TRF, transitada em julgado em outubro de 1996, que discute a incidência de IOF sobre as aplicações financeiras do Plano.

5.4 Exigível operacional

Compreende os compromissos dos Planos de Benefícios, registrados em 31 de dezembro. São divididos em Exigível Operacional da Gestão Previdencial e Exigível Operacional da Gestão de Investimentos.

Os compromissos entre Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa são anulados por meio do Balancete de Operações Comuns (Item 2.4)

PLANO	Em R\$ mil			
	Gestão Previdencial		Gestão de Investimentos	
	2019	2018	2019	2018
COMIG – BD	2	1	-	-
CDI – BD	6	-	-	-
CODEMIGPREV – CD	321	376	2	1
COHAB SALDADO – BD	268	514	1	1
COHABPREV – CD	11	12	1	-
COPASA FECHADO - BD	1.274	1.381	1	1
COPASA SALDADO - BD	6.109	5.844	24	21
COPASA – CD	6.704	5.808	122	113
PRODEMGE FECHADO - BD	454	493	-	-
PRODEMGE SALDADO - BD	813	837	1	2
PRODEMGE - CD	2.184	1.954	13	11
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	1	1	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	306	303	5	4
IMA – BD	32	32	-	-
MGS – BD	2.007	1.970	13	9
MINASCAIXA – BD	32.672	32.787	-	-
VOCÊPREV	1	-	-	-
PGA GERAL	-	-	-	7
OPERAÇÕES COMUNS	(1.416)	(1.677)	(121)	(107)
TOTAL	51.749	50.636	62	63

5.4.1 Exigível Operacional da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são assim demonstrados:

PLANO	Em R\$ mil							
	BENEFÍCIOS A PAGAR		RETENÇÕES A RECOLHER		Outras Exigibilidades		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
COMIG – BD	-	-	-	-	2	2	2	2
CDI – BD	1	-	-	-	5	-	6	-
CODEMIGPREV – CD	238	272	66	83	18	21	322	376
COHAB SALDADO – BD	211	202	32	26	26	286	269	514
COHABPREV – CD	3	3	-	-	8	9	11	12
COPASA FECHADO - BD	1.209	1.163	29	30	35	188	1.273	1.381
COPASA SALDADO - BD	4.033	3.710	1.639	1.533	437	601	6.109	5.844
COPASA – CD	3.949	3.441	2.113	1.606	642	761	6.704	5.808
PRODEMGE FECHADO - BD	414	456	13	10	26	27	453	493
PRODEMGE SALDADO - BD	479	505	289	275	45	57	813	837
PRODEMGE - CD	982	1.063	1.023	667	179	224	2.184	1.954
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	1	1	-	-	-	-	1	1
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	160	168	120	103	26	32	306	303
IMA – BD	30	30	-	-	2	1	32	31
MGS – BD	1.969	1.868	7	11	31	91	2.007	1.970
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	32.672	32.787	32.672	32.787
VOCÉPREV	-	-	-	-	1	-	1	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	-	-	(1.416)	(1.677)	(1.416)	(1.677)
TOTAL	13.679	12.882	5.331	4.344	32.739	33.410	51.749	50.636

No grupo contábil de “Benefícios a Pagar” estão registrados os valores relativos aos benefícios do mês de dezembro de 2019, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2020. Nessa conta, também estão registrados outros benefícios a pagar aos participantes que não foram efetivamente liquidados. O mesmo se aplica às retenções a recolher da folha de benefícios de dezembro de 2019, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo de “Outras Exigibilidades”, incluído nos exigíveis operacionais da Gestão Previdencial, estão registradas: contribuições a devolver das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados; contribuições assistenciais descontadas dos participantes e assistidos a transferir para os planos assistenciais administrados pela entidade; contribuições previdenciais a repassar para os planos previdenciais, taxa de administração e carregamento a repassar ao PGA.

Em dezembro de 2018, fundamentados pelo Ofício PREVIC 108/2018/ERMG, que discute a Execução do Plano de Custeio Extraordinário entre o período de abril/2013 e março/2015, foram realizadas provisões nos valores de R\$ 286 mil (Plano COHAB SALDADO – BD) e R\$ 149 mil (Plano COPASA FECHADO – BD). Tais valores remetem a pagamentos superiores à proporção contributiva de responsabilidade das Patrocinadoras, frente aos pagamentos de responsabilidade dos Participantes e Assistidos. A liquidação destes pagamentos ocorreu no exercício de 2019.

Nesta conta também é registrada a Provisão no Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), no valor de R\$ 27.954 mil (Em 2018 era de R\$ 27.752 mil), e as demais provisões constantes no item 4.2.

5.5 Exigível contingencial (Planos de Benefícios e PGA).

Os saldos contábeis registrados no exigível contingencial da Fundação Libertas são constituídos com base nas regras constantes na Política de Provisionamento para Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, observando a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, cuja previsão de insucesso nas demandas judiciais seja PROVÁVEL e que poderão se transformar em desembolsos futuros, ou quando da ocorrência de bloqueio ou depósito judicial.

A seguir é demonstrado os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, segregados por Gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos:

PLANO	Em R\$ mil							
	GESTÃO PREVIDENCIAL		GESTÃO ADMINISTRATIVA		INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	-	-	24.521	23.476	-	-	24.521	23.476
COMIG – BD	3	-	-	-	2.800	2.638	2.803	2.638
CDI – BD	-	-	-	-	2.519	2.371	2.519	2.371
CODEMIGPREV – CD	13	-	-	-	-	-	13	-
COHAB SALDADO – BD	-	-	-	-	3.100	2.918	3.100	2.918
COPASA FECHADO - BD	223	171	-	-	106.612	100.396	106.835	100.567
COPASA SALDADO - BD	143	138	-	-	308	262	451	400
COPASA – CD	831	1.039	-	-	419	328	1.250	1.367
PRODEMGE FECHADO - BD	256	452	-	-	20.861	19.644	21.117	20.096
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	32	27	32	27
PRODEMGE - CD	6	26	-	-	128	111	134	137
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	-	-	-	3.241	3.050	3.241	3.050
IMA – BD	-	-	-	-	922	868	922	868
MGS – BD	71	104	-	-	2.926	2.750	2.997	2.854
MINASCAIXA – BD	3.069	3.152	-	-	38.271	37.403	41.340	40.555
VOCÊPREV	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.615	5.082	24.521	23.476	182.139	172.766	211.275	201.324

5.5.1 Exigível Contingencial da Gestão Previdencial (Planos Previdenciais)

5.5.1.1 Contingências Provisionadas

Refere-se a 71 ações judiciais, cujas discussões estão relacionadas diretamente às regras dos planos previdenciais. Questionam, em síntese: Pagamento de benefícios, pensões, pecúlios e resgates; Contribuições e custeio do plano; Regras de atualização dos benefícios.

Para estes processos, a possibilidade de perda é classificada pelos advogados como “provável”. E o montante total provisionado em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 4.616 mil. (R\$ 5.082 mil em dezembro de 2018)

Consta depósitos judiciais para garantia de parte destes processos, no valor de R\$ 83 mil.

5.5.1.2 Ações judiciais não provisionáveis

Existem, ainda, 18 ações judiciais de natureza previdencial, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como Possível ou Remota, que não são passíveis de contabilização. O montante total destas ações, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.055 mil (R\$ 668 mil em dezembro de 2018), distribuído entre os Planos listados a seguir:

PLANO	Em R\$ mil	
	2019	2018
CODEMIGPREV - CD	50	49
COPASA FECHADO - BD	390	378
COPASA SALDADO - BD	36	36
COPASA – CD	564	192
PRODEMGE FECHADO - BD	8	4
MGS – BD	4	4
MINASCAIXA – BD	3	5
TOTAL	1.055	668

5.5.2 Exigível Contingencial da Gestão Administrativa (PGA)

Os registros contábeis do Exigível Contingencial da Gestão Administrativa são compostos pelos seguintes itens:

Em R\$ mil		
Processos	2019	2018
PIS	6.791	6.558
COFINS	15.739	15.241
INSS	1.375	1.345
Ações Trabalhistas	616	332
TOTAL	24.521	23.476

A Fundação Libertas também possui processos administrativos/judiciais, para os quais não existe provisão contábil, por serem classificadas pelos advogados que acompanham os processos como Possíveis e Remotas, conforme descrito nos itens 5.5.2.1 / 5.5.2.3 e 5.5.2.4.

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, no âmbito de sua 282ª reunião, ocorrida em março de 2014, caso a Fundação Libertas não obtenha êxito nas ações que não possuem registros contábeis no âmbito do Plano de Gestão Administrativa ou seja necessário o seu provisionamento, os valores serão debitados diretamente ao PGA, de acordo com a proporcionalidade do rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, à época das decisões e/ou registros. No caso de êxito nos processos com depósitos judiciais relacionados, ou provisões contábeis registradas, os valores serão creditados ao PGA de acordo com a proporcionalidade do rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo, à época das decisões e/ou registros.

5.5.2.1 PIS e COFINS

- PIS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de PIS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 1.530 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do PIS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

Em abril de 2013 foi recebida intimação para efetuar o pagamento dos débitos discriminados, por ocasião do encerramento da discussão no âmbito administrativo. Subsequentemente, a Fundação ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, ocasião em que o montante de R\$ 2.534 mil foi depositado voluntariamente em juízo no mês de setembro/2013, para garantia do feito fiscal, embora a perspectiva de perda para essa ação fosse classificada como “possível”. Caso a Fundação não tivesse realizado o depósito judicial, o montante do suposto débito seria de R\$ 3.283 mil (R\$ 3.216 mil em dez/2018). O valor atualizado do depósito judicial, em dezembro de 2019 perfaz o montante de R\$ 4.081 mil. (Em dez/2018: R\$ 3.935 mil)

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa.

- PIS - Período entre o exercício de 2006 e 2014

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o PIS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é “Possível”. O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2019, era de R\$ 2.709 mil. (R\$ 2.623 mil em dez/2018). O valor histórico desta discussão monta R\$ 1.426 mil)

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa.

- COFINS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de COFINS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.429 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do COFINS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

O processo está tramitando na esfera administrativa, junto à Delegacia da Receita Federal. A perspectiva de perda para essa discussão é “possível”, na esfera administrativa, razão pela qual não há provisão contábil reconhecida. O valor em discussão em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 15.993 (de R\$ 15.665 mil em dez/2018). O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 4.556 mil.

- COFINS - Período entre o exercício de 2006 e 2014

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o COFINS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é “Possível”. O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2019, era de R\$ 15.738 mil. (R\$ 15.241 mil em dez/2018). Valor histórico dos depósitos de R\$ 8.710 mil).

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa.

- PIS/COFINS - Período posterior à janeiro de 2015

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do PIS/COFINS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores passaram a ser recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

5.5.2.2 INSS

A Fundação Libertas questiona judicialmente o Adicional da Previdência Social à alíquota de 2,5% (Lei 8.212/91, Artigo nº 22 § 1º) que lhe é cobrada pelo INSS, bem como a contribuição sobre o salário-educação (2,5%) sobre a folha de salários. Para esta discussão, consta o depósito judicial, no total de R\$ 1.375 mil.

5.5.2.3 Ações Trabalhistas

A Fundação Libertas possui ações trabalhistas provisionadas, com probabilidade de perda classificada como “provável”, no valor de R\$ 616 mil em 31 de dezembro de 2019. (R\$ 332 mil em dezembro de 2018). Para as discussões trabalhistas cujo risco de perda foi considerado como Possível ou Remoto, e que não consta provisão contábil, o valor em discussão montava R\$ 1.352 mil (R\$ 1.578 mil em dezembro de 2018).

5.5.2.4 Autuações ISSQN – PBH

- ISS - Período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003

No dia 15 de julho de 2005, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao ISSQN próprio do período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.374 mil.

Em novembro de 2012 o processo foi baixado e encaminhando para cobrança, não mais cabendo recurso na esfera administrativa. Por entender que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas a ocorrência

de fato gerador do ISS e, diante do ajuizamento da execução fiscal, a Fundação Libertas apresentou embargos à execução fiscal.

A Fundação Libertas irá contrapor os entendimentos da Prefeitura Municipal, tendo como fundamentação, o êxito obtido junto ao Conselho de Recursos Tributários do Município de Belo Horizonte, em relação as discussões quanto ao suposto crédito tributário devido a título de ISSQN, junto Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, referente ao período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011.

Os advogados que acompanham a ação classificaram a perspectiva de perda como “possível”, motivo pelo qual a Entidade não efetuou o provisionamento contábil do valor em discussão.

Os valores em discussão, atualizados para dezembro de 2019, perfazem o montante de R\$ 31.822 mil (R\$ 30.253 mil em dez/2018).

	Em R\$ mil	
	2019	2018
AITI 12404 (Planos de Saúde)	22.764	21.641
AITI 12664- A (Administração de fundos de investimentos)	5.681	5.401
AITI 12665- A (Administração de fundos previdenciais)	3.378	3.211
TOTAL	31.823	30.253

5.5.3 Exigível Contingencial dos Investimentos

O Exigível Contingencial dos Investimentos possui os seguintes registros de provisões, em cada plano de benefícios administrado pela Fundação Libertas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

PLANO	IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA (AUTO 10680720499/2005 2000 a 2004)		CONTINGENCIAL - EMPRÉSTIMOS		CONTINGENCIAL -IPC FUNDASEMG - PROCESSOS: 89.10134-0 e 89.10143-9		CONTINGENCIAL - IMÓVEIS		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	COMIG – BD	2.791	2.628	-	-	9	9	-	-	2.800
CDI – BD	2.512	2.365	-	-	6	6	-	-	2.519	2.371
COHAB SALDADO – BD	3.076	2.896	-	-	7	7	17	15	3.100	2.918
COPASA FECHADO - BD	106.340	100.134	-	-	268	259	3	3	106.612	100.396
COPASA SALDADO - BD	-	-	-	-	-	-	308	262	308	262
COPASA – CD	-	-	53	17	-	-	366	311	419	328
PRODEMGE FECHADO - BD	20.858	19.641	-	-	-	-	3	3	20.861	19.644
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	-	-	32	27	32	27
PRODEMGE - CD	-	-	26	25	-	-	102	86	128	111
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.224	3.036	-	-	-	-	17	14	3.241	3.050
IMA – BD	922	868	-	-	-	-	-	-	922	868
MGS – BD	2.902	2.733	4	-	-	-	20	17	2.926	2.750
MINASCAIXA – BD	38.271	37.393	-	10	-	-	-	-	38.271	37.403
TOTAL	180.896	171.694	83	52	290	281	868	738	182.139	172.765

A provisão registrada no Grupo “Contingencial – Imóveis” refere-se a 12 demandas judiciais impetradas pela Fazenda Pública de Minas Gerais referente a incidência de IPTU nos imóveis da Fundação Libertas entre os exercícios de 1994 a 2004. Para estas discussões, constam depósitos judiciais, no montante de R\$ 655 mil. Ademais, existe um processo cuja perspectiva de perda foi classificada pelos advogados como “Possível”, motivo pelo qual não há provisão contábil, o valor pleiteado monta R\$ 2.148 mil.

Existem, ainda, 3 ações de natureza de investimentos, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como “Possível”, que não são passíveis de contabilização, e totalizam R\$ 258 mil.

5.5.3.1 Imposto de Renda sobre aplicações financeiras

A Fundação ajuizou perante o Juízo Federal da Sexta Vara de Belo Horizonte ação declaratória e de repetição de indébito contra a União Federal, no sentido de que fosse declarada a inexistência de relação jurídico-tributária entre

a Fundação e a União, que a obrigasse ao pagamento de imposto de renda incidente sobre dividendos, juros e demais rendimentos de capital recebidos ou auferidos pela Fundação Libertas. O pedido foi julgado procedente e foi confirmado em 14/10/1991.

Por intermédio da Medida Provisória Nº 2.222, de 4 de outubro de 2001, editada pelo Governo Federal, foi concedida às EFPC a opção de pagamento dos valores do Imposto de Renda Retido na Fonte em litígio de exercícios sociais anteriores em valores históricos, sem juros, multa e correção. Para tal, a Fundação deveria desistir de todas as ações judiciais movidas contra a Secretaria da Receita Federal. Todavia, a Fundação decidiu, à época, continuar com as ações judiciais contra o fisco federal, não utilizando os benefícios concedidos pela referida Medida Provisória.

A Medida Provisória Nº 2.222/2001 trouxe inovações ao ordenamento jurídico, tendo criado o Regime Especial de Tributação - RET, modalidade de apuração de imposto de renda pela qual as EFPC puderam optar. Esse regime especial de tributação, em vigor nos anos de 2002 a 2004, substituiu as regras gerais de tributação pelo imposto de renda aplicáveis às EFPC.

Em 29 de dezembro de 2004, por meio da Lei nº 11.053, as EFPC ficaram dispensadas de retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios.

5.5.3.1.1 Imposto de Renda incidente sobre os exercícios de 2000 a 2004

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas recebeu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 2000 a 2004, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente no valor de R\$ 138.972 mil (Sendo R\$ 65.216 mil de principal, R\$ 48.912 mil de multa, e R\$ 24.844 mil de juros)

Em dezembro de 2019 o valor montava R\$ 312.436 mil, (Sendo R\$ 65.216 mil de principal, R\$ 48.912 mil de multa, e R\$ 198.308 mil de juros)

Embora a expectativa de perda para este processo tenha sido considerada como “possível”, em 20 de dezembro de 2005, a Diretoria e a Assessoria Jurídica da Fundação definiram pelo provisionamento conforme determina a Medida Provisória nº 2.222, de 4 de outubro de 2001, que criou o RET, utilizando o limitador de 12% sobre as contribuições das patrocinadoras. Vez que, caso a Entidade não tenha êxito na discussão, constava, no processo, pedido alternativo, cujo pagamento proposto se dará em valores inferiores aos questionados pela Receita Federal.

Adicionalmente a provisão parcial realizada pela Fundação Libertas, em dezembro de 2014 o administrador especial do Plano Minas Caixa (em liquidação extrajudicial), solicitou que o referido Plano mantivesse provisão integral para fazer face as discussões.

Já no decorrer do exercício de 2015, foi observado que os ativos investidos, que fazem face a provisão referente ao Processo de Imposto de Renda, obtêm, regularmente, rentabilidade acima da atualização do Passivo Contingencial. Este efeito ocorre haja vista que os investimentos são rentabilizados, em média, pela variação composta da SELIC, enquanto o passivo contingencial é atualizado, somente pela parte referente aos juros, pela SELIC simples. Desta forma, como a variação dos ativos supera a variação do passivo, ocorre um descasamento em relação a contingência ora provisionada.

Diante deste efeito, e com base nos princípios que norteiam a contabilidade, sobretudo em relação a segurança e proteção dos Planos de Benefício, a partir do exercício de 2015, o passivo contingencial referente ao Imposto de Renda, passou a ser atualizado pelo mesmo percentual de rentabilidade obtido pelo investimento, observando, sempre, o maior valor entre eles.

Desta forma a provisão contábil, ficou assim composta.

Plano	Provisão Ano 2019 Em R\$ mil	%	Provisão Ano 2018 Em R\$ mil	%
COMIG – BD	2.791	1,72%	2.628	1,72%
CDI – BD	2.512	1,55%	2.365	1,55%
COHAB SALDADO – BD	3.076	1,89%	2.896	1,89%
COPASA FECHADO - BD	106.340	65,43%	100.134	65,43%
PRODEMGE FECHADO - BD	20.858	12,83%	19.641	12,83%
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	3.224	1,98%	3.036	1,98%
IMA – BD	922	0,57%	868	0,57%
MGS – BD	2.902	1,79%	2.733	1,79%
MINASCAIXA – BD	19.909	12,25%	18.747	12,25%
Sub Total	162.534	100,00%	153.048	100,00%
MINASCAIXA – BD	18.362		18.646	
TOTAL	180.896		171.694	

5.5.3.2 Processo IPC x FUNDASEMG

Refere-se a duas discussões judiciais de autoria do IPC - Instituto de Previdência dos Congressistas, conforme detalhado a seguir, os quais inicialmente estavam sendo defendidas por escritório terceirizado, contratado pela então FUNDASEMG.

- **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL de nº 89.10134-0**

Ajuizada perante a 9ª Vara Federal de Brasília, cuja decisão já transitou em julgado, entrará na fase de liquidação por artigos, com a finalidade de se calcular o valor da condenação imposta aos réus no processo. A ação em questão foi proposta contra a FUNDASEMG, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, ex-presidente do IPC e CREDIMUS – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Na aludida ação, o IPC busca o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados em decorrência de fraude envolvendo a operação de compra, seguida de permuta, de 174.416 Títulos da Dívida Agrária, de sua titularidade, por 43.018,500 obrigações da ELETROBRÁS. A então FUNDASEMG contestou a ação e denunciou à lide o seu ex-presidente, Márcio Valadares de Lacerda Rocha.

A sentença proferida, em 26 de fevereiro de 1996, julgou a ação improcedente com referência à FUNDASEMG e procedente contra os demais réus, condenando-os quanto à perda, por parte do IPC. Posteriormente, em razão de recurso interposto pelo IPC, a sentença foi reformada por maioria de votos, para condenar, também, a Fundação Libertas de forma solidária.

Em dezembro de 2009, a UNIÃO, como sucessora do extinto IPC, conforme art. 1º, da Lei nº 9.506/97, requereu o cumprimento da sentença com relação a sua parte líquida, na quantia de R\$ 20 mil, correspondente às custas processuais. A Fundação foi intimada para efetuar o pagamento da aludida importância no mês de abril de 2012. Com referência à parte ilíquida da decisão, a sua apuração será efetuada por artigos.

- **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE Nº 89.10143-9,**

Ajuizada perante a 6ª Vara Federal de Brasília, proposta pelo IPC contra a FUNDASEMG, Paulo Gustavo Coutinho de Faria, A Rural Colonização S/A, HP – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A e CREDIMUS Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O IPC busca, na citada ação, o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados envolvendo a compra de 850 debêntures, de emissão da A Rural Colonização S/A, pelo valor de CZ\$ 4.438.889.509 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e nove cruzados). A então FUNDASEMG, contestou a ação e denunciou à lide o seu ex-presidente, Márcio Valadares de Lacerda Rocha.

No curso do processo, o IPC firmou acordo com a co-ré A Rural Colonização S/A, que pagou ao autor a importância equivalente a U\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil dólares americanos). O

acordo foi devidamente homologado pelo MM. Juiz da 6ª Vara da Justiça Federal de Brasília, com a exclusão da A Rural Colonização S/A da lide.

Posteriormente, em face do acordo firmado entre o IPC e A Rural Colonização S/A, entendeu o MM. Juiz do feito de julgar a ação improcedente com referência à FUNDASEMG e aos demais co-réus. O IPC recorreu da decisão e logrou êxito em seu intento, entendendo a 3ª Turma do TRF da 1ª Região que foi provado nos autos que os réus, em ações conjuntas e sincronizadas, que deram prejuízo ao IPC, são obrigados, excluídos os valores pagos pela A Rural Colonização S/A e os que forem objeto da ação ordinária na 9ª Vara Federal, a indenizar o IPC, pelos prejuízos a ele causados, na transação com as debêntures, emitidas pela A Rural Colonização S/A, inclusive a FUNDASEMG por atos praticados por seu preposto. Em sua decisão, entendeu a 3ª Turma do TRF da 1ª Região de julgar a ação improcedente com referência apenas ao BANERJ.

5.5.3.2.1 Provisão inicial

De 1992, época em que a então FUNDASEMG se encontrava sob intervenção, até dezembro de 2009, havia nos registros contábeis da Entidade provisionamento para pagamento de possíveis condenações nos citados processos, no importe de R\$ 507 mil. Esse valor, ao que tudo indica, foi provisionado/contingenciado com base nos valores corrigidos das causas.

Em dezembro de 2009, em virtude dos processos nº 89.10134-0 e 89.10143-9, movidos pelo IPC contra a Fundação Libertas não estarem contemplados no Relatório de acompanhamento da Assessoria jurídica à época, os valores foram baixados dos registros contábeis.

No ano de 2012, com a intimação recebida pela Fundação Libertas para pagar o valor correspondente às custas do processo de nº 89.10134-0. Foi realizada a provisão contábil pelo somatório dos valores corrigidos das causas (R\$ 1.039 mil, no exercício de 2012), afetando diretamente os Planos de Benefícios sob administração à época da Fundasemg e que permaneceram ativos até o exercício de 2012.

Para a atribuição dos valores relativos à alocação das contingências relacionadas ao IPC aos Planos COPASA Fechado - BD, COHAB Saldado - BD, CDI - BD e COMIG - BD foi utilizado o ativo total em 31 de dezembro de 2012 para apuração do percentual atribuído a cada plano, conforme quadro apresentado a seguir.

Plano	Ativo Registrado no Balancete em 31/12/2012 (Em R\$ mil)	Percentual calculado a partir do Balancete de 31/12/2012
Copasa fechado - BD	120.861	92,318%
Copasa saldado - BD	757.213	
Copasa - CD	774.984	
CDI - BD	37.182	2,077%
COHAB Saldado - BD	43.815	2,447%
COMIG - BD	56.555	3,158%
TOTAL	1.790.609	100,00%

Na ocasião, os valores atribuíveis a cada plano de benefícios oriundos da FUNDASEMG apresentados no quadro anterior, foram registrados no Exigível Contingencial dos Investimentos, tendo como contrapartida as Provisões Matemáticas a Constituir na parcela atribuível somente aos patrocinadores dos referidos Planos. Em virtude do fato que originou o contingenciamento ser anterior a Emenda Constitucional nº 20, a entidade entende não ser obrigatória a aplicação da paridade entre patrocinadores e participantes, uma vez que o fato que deu origem ao referido contingenciado foi de responsabilidade somente das patrocinadoras da FUNDASEMG.

5.5.3.2.2 Desdobramentos dos processos

No ano de 2015 a Fundação Libertas foi intimada a pagar o montante de R\$ 4.508 mil, atualizado até maio de 2014, acrescido dos honorários totais de R\$ 316 mil. Os valores pagos, atualizados até junho de 2015, totalizaram R\$ 5.493 mil, referente ao processo relacionado às debêntures (nº 89.10143-9).

A diferença entre o valor efetivamente pago pela Fundação (R\$ 5.493 mil) e o valor até então provisionado para o processo (R\$ 1.081 mil) foi reconhecido o passivo contingencial, no ato do pagamento. No mesmo momento foi constituído um direito a receber nos Planos de Benefícios referente a responsabilidade das Patrocinadoras (montante total de R\$ 4.411 mil).

Em outubro de 2015, as patrocinadoras CODEMIG e COHAB, quitaram integralmente os valores atribuídos aos Planos CDI (R\$ 93 mil), COMIG (R\$ 141 mil) e COHAB (R\$ 114 mil).

Também em dezembro de 2015, parte do montante atribuído ao Plano COPASA FECHADO BD, já atualizado, foi compensado com os valores devidos pela Fundação Libertas à patrocinadora, no montante de R\$ 3.231 mil. Durante o exercício de 2018 a patrocinadora COPASA realizou a quitação do saldo remanescente, montante total de R\$ 1.315 mil, já contemplando as respectivas atualizações do período.

Consta como “provável” a expectativa de perda dos advogados quanto aos desdobramentos destes processos, de forma que os valores foram registrados conforme descrito a seguir:

- Para o processo que discute as Debêntures (89.10143-9) consta provisionado o valor montante de R\$ 21 mil a fim de fazer frente às custas finais e processuais.
- Para o processo referente aos Títulos da Dívida Agrária (nº 89.10134-0) consta provisionado o valor de R\$ 268 mil, a título de valor da causa, até que seja concluído a liquidação por artigos.

5.5.4 Responsabilidade das patrocinadoras em Retirada de Patrocínio

Planos COMIG e CDI: Com base no “Termo de Resilição de Convênio de Adesão e de Retirada de Patrocínio”, de março de 2013, no que se refere ao Exigível Contingencial mantido nos Planos COMIG e CDI, com a respectiva cobertura patrimonial, será de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CODEMGE que permanecerá responsável pelas obrigações e direitos imputados e imputáveis a tal Exigível Contingencial pertinente a cada Plano, mesmo depois de consumada a retirada de patrocínio, podendo, inclusive, resultar em objeto de Instrumento próprio a ser celebrado entre as Partes, se for o caso.

Em virtude do convênio de adesão assinado em 2018 com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), junto ao plano CODEMIGPREV, a referida empresa passou a assumir a responsabilidade perante o contrato de trabalho de todos os empregados da CODEMIG, respondendo, de forma solidária, em relação ao Plano CODEMIGPREV, bem como assumiu a responsabilidade existente nos contratos de retirada de patrocínio originalmente assumidos pela CODEMIG com relação aos Planos CDI (CNPB: 1982.0026-38) e COMIG (CNPB: 1987.0005-11).

Plano IMA: Com base no “Termo de Retirada de Patrocínio”, de maio de 2015, no que se refere ao Exigível Contingencial mantido no Plano IMA, com a respectiva cobertura patrimonial, será de responsabilidade exclusiva do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), que permanecerá responsável pelas obrigações imputados e imputáveis a tal Exigível Contingencial e outros que porventura sejam comprovadas pertinente ao referido Plano, mesmo depois de consumada a retirada de patrocínio, podendo, inclusive, resultar em objeto de Instrumento próprio a ser celebrado entre as Partes, se for o caso.

5.6 Provisões Matemáticas (Planos de Benefícios Previdenciais)

As Provisões Matemáticas representam o montante das obrigações previdenciais dos Planos, perante os participantes ativos e assistidos. São compostas pela Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e pela Provisão Matemática a Constituir, representadas abaixo, segregadas por plano de benefícios.

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com as avaliações atuariais de Encerramento do Exercício de 2019, executadas sob a responsabilidade da empresa RODARTE NOGUEIRA – CONSULTORIA EM ESTATÍSTICA E ATUÁRIA, registrada no CIBA sob o nº 070. E para o Plano Multi-instituído Vocêprev a responsabilidade pela apuração é atribuída ao Gerente de Cadastro e Atuação Leandro Nicolau do Carmo Lima, registrado no MIBA/Mtb/RJ 1.488.

Em R\$ mil								
PLANO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		BENEFÍCIOS A CONCEDER		(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
CODEMIGPREV – CD	20.329	22.129	20.748	16.265	-	-	41.077	38.394
COHAB SALDADO – BD	36.513	34.297	21.829	20.236	-	-	58.342	54.533
COHABPREV – CD	427	31	14.630	12.516	-	-	15.057	12.547
COPASA FECHADO - BD	45.113	44.373	20.579	20.416	(15)	(17)	65.677	64.772
COPASA SALDADO - BD	851.040	829.769	289.042	276.018	(20.904)	(21.284)	1.119.178	1.084.503
COPASA – CD	238.456	247.310	1.267.084	1.078.161	-	-	1.505.540	1.325.471
PRODEMGE FECHADO - BD	7.903	6.545	616	1.093	(1.309)	(1.333)	7.210	6.305
PRODEMGE SALDADO - BD	126.153	122.972	214	306	(13.549)	(13.650)	112.818	109.628
PRODEMGE - CD	161.585	132.481	285.930	285.080	-	-	447.515	417.561
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	28.217	23.976	24.096	26.395	-	-	52.313	50.371
MGS – BD	14.946	12.486	35.721	41.563	-	(1.621)	50.667	52.428
VOCÉPREV	-	-	2.084	32	-	-	2.084	32
TOTAL	1.530.684	1.476.369	1.982.573	1.778.081	(35.778)	(37.905)	3.477.479	3.216.545

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos refere-se às obrigações líquidas dos planos, previstas nos respectivos regulamentos, para com seus assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

A Provisão matemática de Benefícios a Conceder refere-se às obrigações líquidas dos planos, previstas nos respectivos regulamentos, com os participantes que ainda não são elegíveis à percepção de benefícios e com aqueles que já são elegíveis, mas não os requereram.

As Provisões Matemáticas a Constituir, no âmbito dos Planos Administrados pela Fundação Libertas observam:

- Plano Copasa Fechado – BD: R\$ 15 mil (R\$ 17 mil em 2018) referente à Joias cobrada dos participantes, nos termos do regulamento do Plano;
- Plano Copasa Saldado – BD: R\$ 20.904 mil (R\$ 21.284 mil em 2018) referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2016, cuja contribuição extraordinária teve início em janeiro de 2018, da seguinte forma: para participante ativos e futuros assistidos, aplicação do percentual de 1,1793% sobre o valor do Benefício Saldado. Para assistidos (aposentados e pensionistas), aplicação do percentual de 1,3005% sobre o valor do Benefício Saldado. E para patrocinadora, aplicação do percentual de 93,9144% incidente sobre o total das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos Participantes Ativos e Assistidos.
- Plano Prodemge Fechado – BD: R\$ 1.309 mil (R\$ 1.333 mil em 2018) referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2014, cuja contribuição extraordinária teve início no exercício em novembro de 2014. Para 2020 o custeio será: aplicação do fator de 0,271 sobre o valor das contribuições normais de responsabilidade dos participantes; aplicação do percentual de 15,506% sobre o valor da suplementação, no caso dos assistidos (aposentados e pensionistas); para a patrocinadora, as contribuições extraordinárias para equacionamento de Déficit corresponderão a 83,69% do valor total das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos Participantes Ativos e Assistidos.
- Plano Prodemge Saldado – BD: R\$ 13.549 mil (R\$ 13.650 mil em 2018) referente ao equacionamento do déficit apurado no encerramento do exercício de 2017, cuja contribuição extraordinária teve início em janeiro de 2019, da seguinte forma: para participante ativos e futuros assistidos, aplicação do percentual de 7,9502% sobre o valor do Benefício Saldado. Para assistidos (aposentados e pensionistas), aplicação do percentual de 7,3714% sobre o valor do Benefício Saldado. E para patrocinadora, aplicação do percentual de 95,6702% incidente sobre o total das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos Participantes Ativos e Assistidos.

5.6.1 Plano MGS-BD

Conforme disposto no item 1.2, em dezembro de 2019 ocorreu o Saldamento do Plano MGS-BD. De acordo com o Regulamento do Plano, considera-se Saldamento a aplicação de um conjunto de regras que estabelece um benefício diferido, a ser recebido pelo participante e assistido. Dentre elas:

- Cessação de todas as contribuições do participante durante a fase de diferimento do benefício Saldado, bem como da respectiva contrapartida contributiva da Patrocinadora, ressalvadas as contribuições para cobertura das despesas administrativas e eventuais contribuições extraordinárias, que venham a ser estabelecidas no Plano de Custeio, inclusive com a baixa da Provisão Matemática a Constituir.
- Apuração dos valores do Benefício Saldado (Benefício Saldado Programado; Benefício Saldado de Invalidez ou Benefício Saldado de Auxílio-Doença);

A apuração das Provisões Matemáticas do Plano MGS-BD reflete o posicionalmente dos cálculos referenciais constantes da Nota Técnica de avaliação atuarial específica de Saldamento, que define os direitos e obrigações do Plano para este fim. Os valores apurados em 2019 montam R\$ 50.667 mil (R\$ 52.428 mil em 2018).

5.6.2 Principais Premissas Adotadas

Nos quadros a seguir são apresentadas as principais premissas adotadas nas Avaliações Atuariais de Encerramento do Exercício de 2019 e 2018.

Para o exercício de 2019, a comprovação da adequação das premissas às características da massa de participantes e assistidos se deu por meio de estudos técnicos elaborados pelo atuário legalmente responsável pelos planos de benefícios, empresa RODARTE NOGUEIRA, observados os subsídios das patrocinadoras, conforme o caso.

Após avaliação da área técnica da Libertas, os estudos foram aprovados pela Diretoria Executiva, com as recomendações pertinentes, avaliados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o previsto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, com alterações posteriores.

Ressalta-se que as taxas de juros constantes nas tabelas a seguir foram definidas com base nos estudos de convergência, conforme critérios dispostos na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC nº 10 de 30 de novembro de 2018, Portaria PREVIC 86, de 01 de fevereiro de 2019, Portaria Previc nº 300, de 12 de abril de 2019 e levou em consideração a Duração do Passivo do Plano de Benefícios.

5.6.2.1 Planos de Benefícios Definidos

As Provisões Matemáticas dos Planos constituídos na modalidade de Benefício Definido, são apuradas por meio de cálculo atuarial. Para mensuração do montante necessário a fim de garantir os Benefícios inicialmente contratados, são usadas premissas atuariais, sendo as principais:

Plano COHAB SALDADO - BD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Inflação projetada a.a.	3,77%	3,96%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a.	4,61%	5,06%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F

Plano COPASA FECHADO - BD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Inflação projetada a.a.	3,76%	3,96%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,60%	1,70%
Taxa de Juros a.a.	4,30%	4,30%
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015 M&F	BR-EMSsb-2015 M&F

Plano COPASA SALDADO - BD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Inflação projetada a.a.	3,77%	3,96%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a.	5,10%	5,11%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F

PLANO PRODEMGE FECHADO - BD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Inflação projetada a.a.	3,76%	3,96%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,28%	1,28%
Taxa de Juros a.a.	4,59%	4,71%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 (suavizada em 20%) M&F	GIM-94 (suavizada em 20%) M&F

PLANO PRODEMGE SALDADO - BD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Inflação projetada a.a.	3,77%	3,96%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Juros a.a.	4,98%	4,98%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 (suavizada em 20%) M&F	GIM-94 (suavizada em 20%) M&F

PLANO MGS - BD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Inflação projetada a.a.	3,76%	3,96%
Rotatividade (i)	7,68%	7,68%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,32%	0,32%
Taxa de Juros a.a.	4,29%	4,32%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F
Observações:	(i)	Tabua: Experiência Libertas MGS 2016 – ELMGS 2016

O método de financiamento adotado é o Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e Institutos dos Planos constituídos na modalidade de Benefícios Definidos.

5.6.2.2 Planos de Contribuições Definidas

As Provisões Matemáticas dos Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida, são ajustadas permanentemente ao Saldo de Contas Individual, e são calculadas com base no somatório das contribuições vertidas para o Plano, pelo retorno líquido dos investimentos e pelas demais movimentações patrimoniais, deduzidas dos respectivos benefícios pagos em cada Plano.

De acordo com o Regulamento de cada Plano, no caso de opção de renda por prazo indeterminado, são utilizadas as seguintes premissas para definição dos valores.

Plano CODEMIGPREV - CD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Taxa de Juros a.a.	4,09%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM 94 M & F	GIM 94 M & F

Plano COHABPREV – CD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Taxa de Juros a.a.	4,09%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	GIM-94 M & F	GIM-94 M & F

PLANO COPASA – CD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Taxa de Juros a.a.	4,09%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	BR-EMSSb-2015	BR-EMSSb-2015
Observações:	(i)	Premissa aplicável para cálculo do custo para cobertura do Saldo Projetado.

PLANO PRODEMGEPREV – CD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Taxa de Juros a.a.	4,09%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral (i)	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F	GIM-94 (suavizada e 20%) M&F
Observações:	(i) Premissa aplicável para cálculo do custo para cobertura do Saldo Projetado	

PLANO FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD (CDPREV)		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Taxa de Juros a.a.	4,09%	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F	AT-2000 (suavizada em 10%) M & F

PLANO VOCÊPREV – CD		
	(31/12/2019)	(31/12/2018)
Taxa de Juros a.a.	4,09%	4,19%
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015

O método de financiamento adotado é o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para financiamento de todos os benefícios e Institutos dos Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida.

5.6.3 Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos

Em conformidade com o disposto na Resolução CNPC 15, de 19 de novembro de 2014, Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos corresponde à média ponderada dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano constituído na modalidade de Benefício Definido, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

O Prazo Médio de Duração do Passivo dos Planos, em dezembro de 2019 e 2018, consta detalhada a seguir.

Plano	CNPB	Prazo Médio de Duração do Passivo 2019	Prazo Médio de Duração do Passivo 2018
COHAB - SALDADO	1982.0027-19	10,42	10,84
COPASA - FECHADO	1982.0028-83	13,54	14,47
COPASA - SALDADO	2010.0024-74	10,58	10,81
PRODEMGE - FECHADO	1994.0015-18	15,49	14,73
PRODEMGE - SALDADO	2014.0013-83	10,91	11,04
MGS	1992.0009-56	12,78	14,94

5.7 Equilíbrio Técnico (Planos de Benefícios Previdenciais)

Registra o superávit ou déficit em relação as Provisões Matemáticas de cada Plano constituído na modalidade de Benefício Definido. O superávit técnico acumulado em cada Plano, significa que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é suficiente para garantia dos compromissos com participantes e assistidos, na data, desde que cumprido o Plano de Custeio determinado, e que as premissas atuariais realizadas sejam aderentes às utilizadas no cálculo atuarial. Ao passo que o déficit técnico acumulado, representa uma situação em que o patrimônio previdenciário não é suficiente para cobertura dos compromissos previdenciais com participantes e assistidos.

Os Planos de Benefícios constituídos na modalidade de Contribuição Definida não constituem superávit ou déficit. As reservas dos participantes são formadas pelo valor total das contribuições previdenciais, além da movimentação no Ativo Líquido do respectivo plano.

O superávit/déficit de cada plano previdencial apurado no exercício social de 2019 e 2018 está apresentado no quadro a seguir:

Em R\$ mil		
PLANO	SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ACUMULADO	
	2019	2018
COMIG – BD	86	109
CDI – BD	(21)	(14)
COHAB SALDADO – BD	1.449	3.103
COPASA FECHADO - BD	(1.126)	(2.649)
COPASA SALDADO - BD	(98.861)	(94.366)
PRODEMGE FECHADO - BD	(647)	(223)
PRODEMGE SALDADO - BD	(11.140)	(8.754)
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	33	32
IMA – BD	43	20
MGS – BD	21.767	13.075
TOTAL	(88.417)	(89.667)

Os Planos, objetos de retirada de patrocínio (COMIG – BD, CDI – BD, Fundação Libertas – BD e IMA – BD), demonstram resultados superavitários/deficitários, originários da movimentação patrimonial remanescente dos Planos, enquanto não ocorre a efetiva baixa e liquidação dos valores e saldos remanescentes.

No Parecer Atuarial, conta as seguintes explicações sobre o resultado de cada plano previdencial, apurado após avaliação atuarial de encerramento de exercício.

- **Plano COHAB SALDADO – BD:** O Plano Cohab Saldado fechou o exercício de 2019 com um superávit de R\$ 1.449 mil (em 2018 o superávit acumulado era de R\$ R\$ 3.103 mil), representando um resultado negativo no exercício de R\$ 1.654 mil.

O déficit apurado no exercício decorreu, principalmente, da substituição da taxa real anual de juros de 5,06% a.a. para 4,61% a.a.

Registra-se que a postergação da aposentadoria por parte dos participantes elegíveis, que reduziu as Provisões Matemáticas em 2,33%, não foi suficiente para reverter o déficit no período.

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado perpassa seu desempenho financeiro, sua modelagem, grau de maturidade, as alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno destas.

- **Plano Copasa Fechado – BD:** O déficit do Plano reduziu de R\$ 2.649 mil em dezembro de 2018, para R\$ 1.126 mil em dezembro de 2019, representando um superávit técnico no exercício de R\$ 1.523 mil.

O superávit apurado no exercício decorreu, principalmente, da variação do Salário Real de Benefício entre as Avaliações Atuariais de 2018 e 2019 e da redução em 0,10 pontos percentuais da hipótese de crescimento salarial;

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado perpassa seu desempenho financeiro, sua modelagem, grau de maturidade, as alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno destas.

- **Plano Copasa Saldado – BD:** Em 2019 o déficit acumulado do Plano Copasa Saldado foi de R\$ 98.861 mil. No fechamento de dezembro de 2018 o déficit acumulado foi de R\$ 94.366 mil.

A aumento do déficit em 4.495 mil refere-se ao recálculo das Provisões Matemáticas na posição de dezembro de 2019, o qual representou uma perda atuarial de aproximadamente 1,77%, bem como das alterações da taxa de juros e do fator de capacidade dos benefícios. O Déficit só não foi maior pois a postergação da aposentadoria por parte dos participantes elegíveis, representou um ganho atuarial de aproximadamente 0,72%;

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado perpassa seu desempenho financeiro, sua modelagem, grau de maturidade, as alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em

torno destas. Entretanto, cumpre esclarecer que o entendimento da Fundação é de que o Déficit do Plano tem causas estruturais.

- **Plano Prodemge Fechado – BD:** O déficit do Plano aumentou de R\$ 223 mil em dezembro de 2018, para R\$ 647 mil, em dezembro de 2019, representando um resultado negativo de R\$ 424 mil.

O referido resultado foi influenciado, em especial, pela redução da taxa de juros utilizada no Plano de 4,71% em 2018 para 4,59% em 2019 e pelo recálculo das Provisões Matemáticas para dezembro de 2019. De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado perpassa seu desempenho financeiro, sua modelagem, grau de maturidade, as alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno destas.

- **Plano Prodemge Saldado – BD:** O Plano Prodemge Saldado apresentou déficit acumulado em dezembro de 2019 no montante de R\$ 11.140 mil (R\$ 8.754 mil, em dezembro de 2018). Representando um déficit no exercício de R\$ 2.386 mil.

O déficit decorreu principalmente, pela alteração do fator de capacidade de 98,09% a.a. para 98,20% a.a. e a transposição das Provisões Matemáticas para 12/2019.

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado é atribuída a causas estruturais, advindas, principalmente, das alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano.

- **Plano MGS – BD:** O Superávit Técnico acumulado do Plano aumentou de R\$ 13.075 mil em dezembro de 2018 para R\$ 21.767 mil, em dezembro de 2019, representando um superávit de R\$ 8.692 mil.

O resultado foi influenciado, primordialmente, por movimentações cadastrais e pelo Saldamento do Plano, que acarretaram em redução nas Provisões Matemáticas de 5,70 % e 8,59% respectivamente.

Como perda atuarial relevante destaca-se a redução da taxa de juros, de 4,32% a.a. para 4,29% a.a., que aumentou as Provisões Matemáticas em 0,42%

De acordo com a avaliação atuarial do Plano, a natureza do resultado perpassa seu desempenho financeiro, sua modelagem, grau de maturidade, as alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno destas.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social apresenta, de forma consolidada, as movimentac es no patrimônio social, inclusive quanto ao resultado dos planos.

5.7.1 Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, e com base na Resolu o CNPC n  16, de 19 de novembro de 2014 e na Instru o Normativa PREVIC n  10 de 30 de novembro de 2018, o resultado final, contabilizado em 31 de dezembro, dos planos constituídos na modalidade de Benefício Definido, devem ser ajustados e destacados na Demonstrac o do Ativo Líquido.

O objetivo deste ajuste   apurar os limites de destina o e utiliza o de superávit e de equacionamento de déficit, sendo feito da seguinte forma:

- I. Identificar o valor contábil dos títulos públicos federais, atrelados a  ndice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. Indicado no item 5.3.1 (coluna "Valor atualizado pela taxa de compra").
- II. Calcular o valor atual destes títulos públicos, com base na taxa de juros real utilizada na respectiva avalia o atuarial. Para o exercício de 2019, os valores foram obtidos juntamente com a PREVIC, por meio de sistema específico de cálculo, disponibilizado em sua página da internet.
- III. A diferença apurada entre os montantes acima, corresponde exatamente ao ajuste a ser realizado no superávit ou déficit contabilizado em 31 de dezembro.
- IV. Em seguida, o déficit ou o superávit ajustado é comparado com os limites para equacionamento de déficit, bem como, no caso de superávit, para forma o da reserva de contingência, são apurados pelas fórmulas

- a. **Limite de Déficit técnico acumulado:** $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.
- b. **Limite para formação da reserva de contingência:** O menor valor entre $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ e 25% das Provisões Matemáticas.

Nos quadros a seguir constam as informações sobre o resultado contabilizado de cada plano de benefícios constituído na modalidade de Benefício Definido. Também consta as informações sobre o ajuste de precificação, sobre os limites para equacionamento de déficit, e para utilização do superávit.

Em R\$ mil

Plano	Equilíbrio Técnico Contabilizado Superávit / Déficit	Ajuste de precificação	Equilíbrio Técnico Ajustado à precificação
COHAB SALDADO	1.449	4.782	6.231
COPASA FECHADO	(1.126)	2.979	1.853
COPASA SALDADO	(98.861)	48.382	(50.479)
PRODEMGE FECHADO	(647)	538	(109)
PRODEMGE SALDADO	(11.140)	6.773	(4.367)
MGS	21.767	6.343	28.110

a) **Limite de Déficit técnico acumulado:**

Em R\$ mil

Plano	Equilíbrio Técnico Contabilizado (Déficit)	Equilíbrio Técnico Ajustado à precificação	Limite do Déficit técnico acumulado
COPASA FECHADO	(1.126)	1.853	(6.265)
COPASA SALDADO	(98.861)	(50.479)	(73.641)
PRODEMGE FECHADO	(647)	(109)	(828)
PRODEMGE SALDADO	(11.140)	(4.367)	(7.796)

b) **Limite para formação da reserva de contingência (planos superavitários):**

Conforme previsto na legislação vigente, para os planos superavitários, a apuração do ajuste de precificação positivo não deverá ser considerada para fins de eventual destinação de superávit.

Em R\$ mil

Plano	Equilíbrio Técnico Contabilizado (Superávit)	Limite para formação da reserva de contingência	Reserva Especial para Revisão do Plano
COHAB SALDADO	1.449	11.913	-
MGS	21.767	11.542	10.225

5.8 Fundos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Os Fundos registrados no passivo dos planos, contemplam os Fundos Previdenciais, os Fundos Administrativos e os Fundos de Investimentos, sua composição em 31 de dezembro de 2019 é assim apresentada:

PLANO	Em R\$ mil							
	FUNDOS PREVIDENCIAIS		FUNDOS ADMINISTRATIVOS		FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PGA GERAL	-	-	24.084	25.131	-	-	24.084	25.131
CODEMIGPREV – CD	241	210	245	251	20	15	506	476
COHAB SALDADO – BD	-	-	86	973	25	21	111	994
COHABPREV – CD	13	-	82	77	3	2	98	79
COPASA FECHADO - BD	-	-	365	394	1	21	366	415
COPASA SALDADO - BD	-	-	6.629	6.864	167	465	6.796	7.329
COPASA – CD	42.106	37.658	11.507	11.941	1.512	1.565	55.125	51.164
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	103	114	-	3	103	117
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	739	808	61	57	800	865
PRODEMGE - CD	6.211	5.174	3.028	3.187	337	295	9.576	8.656
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	-	240	255	154	136	394	391
IMA – BD	362	362	-	2	-	-	362	364
MGS – BD	3.654	3.836	240	265	5	293	3.899	4.394
VOCÊPREV	-	-	1	-	-	-	1	-
OPERAÇÕES COMUNS	-	-	(23.265)	(25.131)	-	-	(23.265)	(25.131)
TOTAL	52.587	47.240	24.084	25.131	2.285	2.873	78.956	75.244

5.8.1 Fundo Previdencial

Para constituição de fundos previdenciais e a manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável, empresa RODARTE NOGUEIRA, a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado, assim composto:

- **Fundos Previdenciais - MGS:**

Fundo para Revisão do Plano: Constituído de acordo com a Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, com objetivo de revisão do Plano de benefícios da patrocinadora MGS que apresentou superávit acima de 25% das reservas matemáticas. É dividida em Contas de Destinação de Excedente, observando seu período de formação.

Nos termos da Resolução CGPC 26/2008, em dezembro de 2018, as contas Fundo para Revisão do Plano referente ao exercício de 2013 e 2014 tiveram seus valores revertidos para recompor a reserva de contingência. O montante total deduzido do Fundo de Revisão do Plano foi de R\$ 434 mil.

A) Conta de Destinação de Excedente I (Exercício de 2009): Destinado aos participantes e assistidos que participavam do plano em 30 de junho de 2009 e que permaneceram no plano na data de início de utilização, qual seja, abril de 2015. Valor equivalente está sendo utilizado pela patrocinadora do Plano. As movimentações no Fundo para Revisão do Plano podem ser observadas na tabela a seguir:

	Em R\$ mil		
	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo inicial (abril/2015)	3.857	3.857	7.714
Valor não contemplado	(972)	(972)	(1.944)
Quitação de débitos	(284)	-	(284)
Compensação de Contribuição – 2015	(137)	(137)	(274)
Pagamento na folha benefícios – 2015	(515)	(515)	(1.030)
Atualização financeira – 2015	175	196	371
Compensação de Contribuição – 2016	(170)	(170)	(340)
Pagamento na folha benefícios – 2016	(629)	(629)	(1.258)
Atualização financeira – 2016	265	310	575
Compensação de Contribuição – 2017	(131)	(131)	(262)
Pagamento na folha benefícios – 2017	(664)	(664)	(1.328)
Atualização financeira – 2017	131	168	299
Compensação de Contribuição – 2018	(103)	(103)	(206)
Pagamento na folha benefícios – 2018	(30)	(30)	(60)
Atualização financeira – 2018	85	123	208

Compensação de Contribuição – 2019	(80)	(82)	(162)
Pagamento na folha benefícios – 2019	(79)	(79)	(158)
Atualização financeira – 2019	71	108	179
Saldo final – dezembro/2019	792	1.253	2.045

B) Conta de Destinação de Excedente II (Exercício de 2012): Destinado aos participantes e assistidos que participavam do plano em fevereiro de 2012 e que permaneceram no plano na data de início de utilização, qual seja, março de 2017. Valor equivalente está sendo utilizado pela patrocinadora do Plano. As movimentações no Fundo para Revisão do Plano podem ser observadas na tabela abaixo

Em R\$ mil

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo inicial (mar/2017)	1.306	1.306	2.612
Valor não contemplado	(292)	(292)	(584)
Quitação de débitos	(107)	-	(107)
Compensação de Contribuição – 2017	(84)	(84)	(168)
Pagamento na folha benefícios – 2017	(255)	(255)	(510)
Atualização financeira – 2017	73	83	156
Compensação de Contribuição – 2018	(62)	(62)	(124)
Pagamento na folha benefícios – 2018	(311)	(311)	(622)
Atualização financeira – 2018	47	59	106
Compensação de Contribuição – 2019	(37)	(37)	(75)
Pagamento na folha benefícios – 2019	(49)	(50)	(99)
Atualização financeira – 2019	23	33	57
Saldo final – dezembro/2019	251	390	641

C) Conta de Destinação de Excedente III (Exercício de 2013): Deverá ser destinado aos participantes e assistidos que estavam no plano no exercício de 2013, e que permaneceram até a sua utilização.

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo - dezembro /2018	620	620	1.240
Atualização financeira - 2019	37	37	74
Saldo final – dezembro/2019	454	454	908

D) Conta de Destinação de Excedente III (Exercício de 2014): Deverá ser destinado aos participantes e assistidos que estavam no plano no exercício de 2014, e que permaneceram até a sua utilização.

	Participantes (Ativos e Assistidos)	Patrocinadora	TOTAL
Saldo - dezembro /2018	42	42	84
Atualização financeira – 2019	3	3	6
Saldo final – dezembro/2019	31	31	62

- Fundo Previdencial – IMA**

Fundo de devolução de contribuições vertidas pela patrocinadora: No exercício de 2013 foi constituído Fundo Previdencial com os valores aportados pela patrocinadora, passíveis de devolução, em atendimento ao ofício PREVIC 560/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2013 e no Parecer 24/2013 /CGTR/DITEC/PREVIC de 21 de dezembro de 2012. O montante das contribuições vertidas ao plano, pela patrocinadora IMA, foi segregado entre as contribuições destinadas ao custeio previdenciário, em normais e extraordinárias, e ao custeio administrativo.

O valor registrado em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.486 mil, divididos entre I) Fundo de Contribuições Previdenciais (R\$ 2.124 mil), que, após atualizações, foi devolvido à patrocinadora em agosto de 2017 e II) Fundo de Contribuições Administrativas (R\$ 362 mil) que foi mantido do Plano para suportar as despesas administrativas até a conclusão do processo de retirada de patrocínio e encerramento do Plano, ocasião em que seu saldo será revertido ao plano. Em 2019, o saldo deste Fundo totalizou R\$ 362 mil, mesmo valor de 2018.

- **Fundo Previdencial – Plano COPASA CD**

Fundo para Cobertura de Saldo Projetado: Fundo Previdencial formado com parcelas das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras, no percentual de 1,73% (um inteiro e setenta e três por cento) sobre os recursos coletados, para cobertura do Saldo Projetado. Conta de natureza coletiva, apurado conforme metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, alçando em dezembro de 2019 o valor de R\$ 42.106 mil (R\$ 37.658 mil em dez/2018)

- **Fundo Previdencial – Plano PRODEMGE CD**

Fundo para Cobertura de Saldo Projetado: Fundo Previdencial formado com parcelas das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras, no percentual de 4,37% (quatro inteiros e trinta e sete por cento) sobre os recursos coletados, para cobertura do Saldo Projetado. Conta de natureza coletiva, apurado conforme metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2019 era de R\$ 5.999 (R\$ 4.870 mil em 2018)

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora - CSR: Constituído pelo crédito do saldo remanescente da Conta Identificada da Patrocinadora, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Fundação e mediante autorização da Patrocinadora, considerando a metodologia e critérios constantes em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2019 era de R\$ 45 mil (R\$ 153 mil em 2018). No mês de dezembro de 2019, a patrocinadora utilizou o montante de R\$ 759 mil contidos neste fundo para quitação de compromissos junto ao Plano Prodemgeprev.

Fundo Conta Destinação de Excedentes – CDE: Conta de natureza coletiva, constituída por sobras de contas individuais, em caso de falecimento do Participante ou Assistido e inexistência dos seus respectivos Beneficiários, Beneficiários Designados ou Herdeiros Legais, além das receitas advindas de multas e atualizações por atraso de pagamento de Contribuições Normais e Extraordinárias, sendo que o saldo desta conta poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base na decisão do Conselho Deliberativo da Fundação, obedecidos critérios uniformes e não discriminatórios em relação aos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, conforme o caso, considerando a metodologia e os critérios constantes em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2019 era de R\$ 166 mil (R\$ 150 mil em 2018)

- **Fundo Previdencial – Plano CODEMIGPREV**

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora: Constituído pelo crédito do saldo remanescente, da Conta Identificada da Patrocinadora, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser destinado, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Fundação e mediante autorização da Patrocinadora, considerando a metodologia e critérios constantes em Nota Técnica Atuarial. O valor deste fundo em dezembro de 2019 era de R\$ 241 mil (R\$ 210 mil em 2018)

- **Fundo Previdencial – Plano COHAB CD**

Fundo de Sobra de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora: Constituído pelo crédito do saldo remanescente, da Conta Identificada da Patrocinadora, não destinado àqueles que fizeram a opção de resgate, sendo que o saldo deste fundo poderá ser utilizado na redução de suas contribuições mensais, observada a legislação aplicável, ou distribuído nas Contas Individuais dos Participantes e Assistidos, obedecendo critério uniforme e não discriminatório, na forma definida em Nota Técnica Atuarial e no Plano de Custeio Anual. O valor deste fundo em dezembro de 2019 era de R\$ 13 mil.

5.8.2 Fundo Administrativo

O Fundo do Plano de Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é formado pelas receitas oriundas da Gestão Previdencial e de Investimentos; Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa; deduzidas das Despesas Administrativas e Contingências Administrativas, referente aos Planos de Benefícios Previdenciais.

A partir do exercício social de 2010, através de exigência legal apresentada na Resolução CGPC nº 28/2009 e na Instrução SPC nº 34/2009, mantida pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e pela Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, a Fundação Libertas passou a apresentar no ativo dos planos previdenciais administrados, a participação de cada plano no Fundo Administrativo. Sua composição consta apresentada na tabela a seguir e é registrada em contrapartida ao mesmo valor no patrimônio social dos planos previdenciais.

PLANO	Em R\$ mil	
	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
	2019	2018
CODEMIGPREV – CD	245	251
COHAB SALDADO – BD	86	973
COHABPREV – CD	82	77
COPASA FECHADO - BD	365	394
COPASA SALDADO - BD	6.629	6.864
COPASA – CD	11.507	11.941
PRODEMGE FECHADO - BD	103	114
PRODEMGE SALDADO - BD	739	808
PRODEMGE - CD	3.028	3.187
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	240	255
IMA – BD	-	2
MGS – BD	240	265
VOCÊPREV	1	-
OPERAÇÕES COMUNS	(23.265)	(25.131)
TOTAL	-	-

Em dezembro de 2019 foi executado o Plano de Custeio Administrativo do Plano COHAB – Saldado, referente ao período de Janeiro de 2017 a Março de 2019, cuja previsão era para a utilização do Fundo Administrativo como principal fonte de custeio, nos seguintes montantes: Exercício de 2017: R\$ 415 mil; Exercício de 2018: 355 mil e no Exercício de 2019: R\$ 87 mil. Totalizando R\$ 856 mil.

5.8.2.1 Fundo Administrativo para Fomento

Com base em autorização do Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, em janeiro de 2019 foi realizada a constituição do Fundo Administrativo para Fomento, nos termos do item III do Artigo 24 da Resolução CNPC 29 de 13/04/2018, no montante de R\$ 900.000,00.

A evolução deste Fundo para Fomento, bem como os registros das despesas Administrativas com esta finalidade, pode ser observada na tabela a seguir:

Em R\$ mil	
Constituição do Fundo (janeiro/2019)	900
Despesas Totais (Exercício de 2019)	(127)
<i>Despesas – Software Integrado</i>	(40)
<i>Despesas – Serviços Gráficos e de Comunicação</i>	(51)
<i>Despesas – Promoções e Eventos</i>	(26)
<i>Despesas – Correios</i>	(1)
<i>Despesas – Reuniões Institucionais</i>	(3)
<i>Despesas – Tarifas Bancárias</i>	(5)
<i>Despesas – Transporte</i>	(1)
<i>Despesas – Tributos</i>	(1)
Rentabilidade do Fundo	43
SALDO FINAL - FUNDO PARA FOMENTO (dezembro/19)	819

5.8.3 Fundo de Investimento

O Grupo de contas denominado “Fundo de Investimentos” contempla os valores provisionados no “Fundo de Quitação por Impossibilidade de Cobrança”. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 2.285 mil (R\$ 2.873 mil em 2018). No exercício de 2019 o montante de R\$ 1.222 mil foi utilizado para quitação de Contratos de Empréstimos inadimplentes, sem prejuízo da continuidade nos respectivos processos de cobrança.

6 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

6.1 Mutação do Patrimônio Social

A Mutação do Patrimônio Social é apurada pelo somatório das “Adições” deduzidos das “Destinações” correspondentes, pode ser observada, de forma consolidada, na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e, de forma individual, por Plano de Benefícios, na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido. As explicações para as variações observadas na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, constam no item 6.2, abaixo.

6.2 Mutação do Ativo Líquido

A Mutação do Ativo Líquido demonstra a movimentação das contas de resultado no exercício, para cada Plano de Benefício Previdencial. É formada pelo somatório das “Adições” deduzidos das “Destinações” correspondentes.

6.2.1 Contribuições Previdenciais

No grupo das “Contribuições”, consta os recebimentos referentes às Contribuições Normais, Contribuições Extraordinária, entrada de Portabilidade, Rentabilidade dos Contratos de Dívida, entre outras. As movimentações referentes ao exercício de 2019 podem ser assim demonstradas:

PLANO	Em R\$ mil							
	Contribuições Patrocinadoras/ Instituidores		Contribuições Participantes		Contribuições Autopatrocinados		Rendimento dos Contratos (Patrocinadora)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
CDI – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
CODEMIGPREV – CD	2.291	2.453	2.291	2.458	12	10	-	-
COHAB SALDADO – BD	-	-	41	40	-	-	77	124
COHABPREV – CD	684	678	865	758	2	15	-	-
COPASA FECHADO - BD	330	325	410	408	3	6	1.043	1.449
COPASA SALDADO - BD	1.038	986	1.106	1.082	-	-	4.300	5.843
COPASA – CD	45.533	43.022	45.777	43.285	278	987	-	-
PRODEMGE FECHADO - BD	82	90	104	108	8	16	-	3
PRODEMGE SALDADO - BD	665	-	695	-	-	-	-	66
PRODEMGE - CD	6.734	6.973	7.046	7.007	209	224	2.449	3.204
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	1.064	1.057	1.088	1.060	10	-	126	155
IMA – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
MGS – BD	1.394	1.437	1.730	1.712	117	123	-	-
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-	-	-
VOCÊPREV	12	-	584	32	-	-	-	-
TOTAL	59.827	57.021	61.737	57.950	639	1.381	7.995	10.844

Em R\$ mil										
PLANO	Portabilidades Recebidas		Outras adições		SUB-TOTAL		Custeio Administrativo Previdencial		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
CDI – BD	-	-	-	9	-	9	-	35	-	44
CODEMIGPREV – CD	70	-	23	5	4.687	4.926	-	-	4.687	4.926
COHAB SALDADO – BD	-	-	-	-	118	164	-	-	118	164
COHABPREV – CD	-	-	-	29	1.551	1.480	-	-	1.551	1.480
COPASA FECHADO - BD	-	-	8	1.356	1.794	3.544	-	-	1.794	3.544
COPASA SALDADO - BD	-	-	4	5	6.448	7.916	(1.574)	(1.145)	4.874	6.771
COPASA – CD	-	5	109	49	91.697	87.348	-	-	91.697	87.348
PRODEMGE FECHADO - BD	-	-	77	13	271	230	-	(1)	271	229
PRODEMGE SALDADO - BD	-	-	-	-	1.360	66	-	(22)	1.360	44
PRODEMGE - CD	-	15	28	930	16.466	18.353	(66)	(101)	16.400	18.252
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	-	-	-	9	-	9	-	-	-	9
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	-	283	-	4	2.288	2.559	(73)	(70)	2.215	2.489
IMA – BD	-	-	-	14	-	14	-	-	-	14
MGS – BD	131	-	76	17	3.448	3.289	-	-	3.448	3.289
MINASCAIXA – BD	-	-	83	2	83	2	-	-	83	2
VOCÊPREV	1.398	-	1	-	1.995	32	-	-	1.995	32
TOTAL	1.599	303	409	2.442	132.206	129.941	(1.713)	(1.304)	130.493	128.637

São registrados nos Grupos “Contribuições Patrocinadoras e Instituidores”, “Contribuições Participantes” e “Contribuições Autopatrocinações” os valores referente às Contribuições Normais, Voluntárias e Extraordinárias dos Participantes junto aos seus respectivos Planos, conforme definido nos Regulamentos e Planos de Custeio.

O valor demonstrado em dezembro de 2019 junto ao Plano Prodemge Saldado - BD refere-se ao processo de equacionamento de déficit iniciado em Janeiro de 2019, conforme descrito no item 5.6 desta Nota Explicativa.

Conforme descrito no item 3.6.1 o registro das Contribuições junto o Plano Multi-Instituído Vocêprev são realizados no ato do respectivo recebimento, ou seja, utilizam o regime de caixa para afetação das Adições Previdenciais. Durante o exercício de 2019 o Plano recebeu R\$ 584 mil em Contribuições de seus participantes, e R\$ 12 mil de seus instituidores. O valor referente às contribuições básicas, pago por 306 participantes, no mês de Dezembro de 2019, foi de R\$ 49 mil.

No caso de utilizar o Princípio de Competência, para registro das provisões de contribuição, o patrimônio do Plano teria um acréscimo de R\$ 61 mil, que refere-se as contribuições devidas e não liquidadas pelos participantes, até 31 de dezembro de 2019.

No exercício de 2019 os planos administrados pela Fundação Libertas receberam R\$ 1.599 mil a título de portabilidade de seus participantes (Em 2018 o montante recebido foi de R\$ 303 mil). Os valores foram recebidos junto aos seguintes Planos: Vocêprev: R\$ 1.398 mil; Codemigprev – CD: R\$ 70 mil; e no Plano MGS-BD: R\$ 131 mil.

Os valores registrados no Grupo denominado “Rendimentos dos Contratos (Patrocinadora) refere-se a atualização financeira dos contratos listados no item 5.1.1 desta Nota Explicativa (R\$ 7.995 mil em 2019 e R\$ 10.844 mil em 2018). Da mesma forma, os valores registrados a título de Custeio Administrativo Previdencial, refere-se a cobrança da Taxa de Carregamento incidente sobre as parcelas dos respectivos contratos (R\$ 1.712 mil em 2019 e R\$ 1.304 mil em 2018).

6.2.2 Resultado dos Investimentos - Líquido

No grupo do “Resultado Positivo (ou negativo) Líquido”, Consta as Rentabilidades dos Investimentos, já deduzidas da Constituição das Contingências relacionadas aos Investimentos, da Formação de eventuais Fundos de Investimento e da Taxa de Administração incidente sobre os Recursos Garantidores do Plano. As movimentações referentes ao exercício de 2019 podem ser assim demonstradas:

PLANO	Rentabilidade dos Investimentos		Custeio Administrativo - Taxa de Administração		Reversão (Constituição) de Fundos de Investimentos		Reversão (Constituição) de Contingências de Investimento		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
COMIG – BD	169	173	-	-	-	-	(163)	(166)	6	7
CDI – BD	147	153	(5)	-	-	-	(147)	(149)	(5)	4
CODEMIGPREV – CD	4.257	3.255	(233)	(268)	(4)	(3)	-	-	4.020	2.984
COHAB SALDADO – BD	5.364	5.235	(239)	(7)	(3)	(3)	(186)	(178)	4.936	5.047
COHABPREV – CD	1.339	975	(80)	(84)	(1)	(1)	-	-	1.258	890
COPASA FECHADO - BD	10.597	9.894	(309)	(344)	20	(3)	(6.217)	(6.323)	4.091	3.224
COPASA SALDADO - BD	96.158	85.988	(4.029)	(5.704)	298	(43)	(122)	81	92.305	80.322
COPASA – CD	153.482	117.624	(8.495)	(9.535)	52	30	(186)	119	144.853	108.238
PRODEMGE FECHADO - BD	1.851	1.822	(41)	(49)	3	-	(1.218)	(1.238)	595	535
PRODEMGE SALDADO - BD	9.507	9.026	(588)	(733)	(5)	(7)	(13)	9	8.901	8.295
PRODEMGE - CD	43.186	33.618	(2.308)	(2.663)	(42)	(39)	(40)	2	40.796	30.918
FUNDAÇÃO LIBERTAS – BD	3	2	-	-	-	-	-	-	3	2
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	6.017	4.758	(220)	(289)	(18)	(20)	(196)	(187)	5.583	4.262
IMA – BD	79	81	-	(13)	-	-	(54)	(55)	25	13
MGS – BD	6.770	6.241	(430)	(503)	288	(25)	(184)	(168)	6.444	5.545
MINASCAIXA – BD	1.181	2.552	(259)	(269)	-	-	(884)	(878)	38	1.405
VOCÊPREV	65	-	(8)	-	-	-	-	-	57	-
TOTAL	340.172	281.397	(17.244)	(20.461)	588	(114)	(9.610)	(9.131)	313.906	251.691

O Grupo denominado “Reversão (Constituição) de Fundos de Investimento” refere-se aos valores destinados (quando negativos) para Formação do Fundo descrito no item 5.8.3. Já os valores positivos, refere-se a utilização do Fundo para cobertura das inadimplências.

O Grupo denominado “Reversão (Constituição) de Contingências de Investimentos”, refere-se ao reconhecimento nas contas de resultado, das provisões dos Passivos Contingenciais elencados no item 5.5.3.

O Grupo denominado “Rentabilidade dos Investimentos”, refere-se aos valores financeiros apurados tendo como base os Ativos listados no item 5.3.

Os retornos dos investimentos anualizados, frente às Metas Atuariais – para os Planos de Benefícios Definido (BD), ou frente aos Índices de Referência dos Planos – para os Planos de Contribuição Definida, podem ser observados nas tabelas a seguir:

Para os Planos de Benefício Definido, a rentabilidade dos Investimentos está demonstrada observando a seguinte metodologia:

- I. Rentabilidade de todos os investimentos do Plano.
- II. Rentabilidade dos investimentos deuzidos das parcelas que garantem o Exigível Contingencial (listados no item 5.5.3). Uma vez que os valores são alocados em investimentos de liquidez imediata.

PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS	Exercício de 2019				Exercício de 2018			
	Rentabilidade dos Investimentos		Meta Atuarial (Vigente durante o exercício)	Descrição da Meta Atuarial	Rentabilidade dos Investimentos		Meta Atuarial (Vigente durante o exercício)	Meta Atuarial (Vigente durante o exercício)
	I.	II.			I.	II.		
COHAB SALDADO – BD	9,12%	9,28%	9,77%	INPC + 5,06% a.a.	9,39%	9,53%	8,80%	INPC + 5,19% a.a.
COPASA FECHADO - BD	7,01%	8,61%	8,97%	INPC + 4,30% a.a.	7,14%	8,02%	8,04%	INPC + 4,45% a.a.
COPASA SALDADO - BD	10,31%	10,32%	9,82%	INPC + 5,11% a.a.	9,62%	9,56%	8,52%	INPC + 4,92% a.a.
PRODEMGE FECHADO - BD	7,01%	9,36%	9,40%	INPC + 4,71% a.a.	7,32%	8,99%	8,24%	INPC + 4,65% a.a.
PRODEMGE SALDADO - BD	9,74%	9,74%	9,68%	INPC + 4,98% a.a.	9,27%	9,23%	8,57%	INPC + 4,97% a.a.
MGS – BD	9,42%	9,54%	9,00%	INPC + 4,32% a.a.	9,09%	9,18%	7,95%	INPC + 4,37% a.a.

Para os Planos de Contribuição Definida, a rentabilidade apresentada na tabela a seguir reflete a variação de suas cotas (movimento patrimonial entre o período de Janeiro a Dezembro de cada exercício), tendo como base as regras definidas no Regulamento de cada Plano.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	Exercício de 2019			Exercício de 2018		
	Rentabilidade do Plano (Cota)	Índice de Referência (Vigente durante o exercício)	Descrição do Índice de Referência	Rentabilidade do Plano (Cota)	Índice de Referência (Vigente durante o exercício)	Descrição do Índice de Referência
CODEMIGPREV – CD	10,74%	9,00%	IPCA + 4,5% a.a.	8,50%	8,41%	IPCA + 4,5% a.a.
COHABPREV – CD	9,65%	9,00%	IPCA + 4,5% a.a.	8,15%	8,41%	IPCA + 4,5% a.a.
COPASA – CD	10,55%	9,00%	IPCA + 4,5% a.a.	8,77%	8,41%	IPCA + 4,5% a.a.
PRODEMGE - CD	10,21%	9,00%	IPCA + 4,5% a.a.	8,70%	8,41%	IPCA + 4,5% a.a.
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	11,60%	9,00%	IPCA + 4,5% a.a.	9,34%	8,41%	IPCA + 4,5% a.a.
VOCÊPREV	4,44%	8,68%	IPCA + 4,19% a.a.			

A Fundação Libertas divulga em seu site institucional, Informe Mensal sobre os Investimentos, com os principais resultados obtidos por cada um dos Planos de Benefícios administrado. Também é divulgado anualmente a Política de Investimentos dos Planos, bem como Relatório Anual de Informações.

A avaliação da Rentabilidade dos Planos de benefícios deve ser avaliada com base no retorno de Longo Prazo, ademais, a rentabilidade passada não representa garantia de resultados futuros.

6.2.3 Benefícios

No grupo dos “Benefícios”, consta os pagamentos de Benefícios de Prestação Continuada, em conformidade com as regras contidas no regulamento de cada plano de benefício; benefícios de prestação única, referente ao pagamento de pecúlio ao saque de 25% que os regulamentos dos Planos de Contribuição Definida permite ao participante, bem como as portabilidades R\$ 1.519 mil) e os resgates R\$ 8.959 mil) ocorridos no plano.

PLANO	Em R\$ mil									
	Benefícios de Prestação Continuada		Benefícios de Prestação Única		Portabilidade e Resgates		Outras Deduções		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
COMIG – BD	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)	
CDI – BD	-	-	-	(14)	-	-	(1)	(3)	(1)	(17)
CODEMIGPREV – CD	(3.547)	(3.783)	(406)	(203)	(2.014)	(883)	(13)	(161)	(5.980)	(5.030)
COHAB SALDADO – BD	(2.888)	(2.726)	-	-	-	-	(10)	(286)	(2.898)	(3.012)
COHABPREV – CD	(35)	(33)	-	-	(233)	-	(20)	(41)	(288)	(74)
COPASA FECHADO - BD	(3.075)	(2.971)	(290)	(329)	-	-	(33)	(234)	(3.398)	(3.534)
COPASA SALDADO - BD	(66.040)	(63.661)	(940)	(1.424)	-	-	(2)	(7)	(66.982)	(65.092)
COPASA – CD	(47.092)	(43.545)	(2.711)	(917)	(2.175)	(1.352)	(227)	(309)	(52.205)	(46.123)
PRODEMGE FECHADO - BD	(498)	(468)	-	-	-	-	(75)	(12)	(573)	(480)
PRODEMGE SALDADO - BD	(9.456)	(9.046)	-	-	-	-	(3)	-	(9.459)	(9.046)
PRODEMGE - CD	(17.206)	(16.300)	(2.868)	(2.141)	(5.281)	(3.254)	(871)	(1.480)	(26.226)	(23.175)
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	(3.045)	(2.831)	(1.976)	(447)	(770)	(353)	(67)	(73)	(5.858)	(3.704)
IMA – BD	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
MGS – BD	(1.326)	(1.178)	-	-	(6)	-	(1.840)	(1.684)	(3.172)	(2.862)
MINASCAIXA – BD	-	-	-	-	-	-	(6)	(339)	(6)	(339)
TOTAL	(154.208)	(146.542)	(9.191)	(5.475)	(10.479)	(5.842)	(3.168)	(4.632)	(177.046)	(162.491)

No Grupo de Contas denominado “Outras Deduções” constam registros referentes à: Atualização e provisão das reservas dos Participantes que foram demitidos de suas respectivas patrocinadoras, mas não optaram por algum Instituto previsto na legislação vigente (Portabilidade, Resgate, Autopatrínio) – neste caso, destaca-se o valor registrado junto ao Plano MGS – BD, cujo montante acumulado em 2019 foi de R\$ 1.297 mil (R\$ 451 mil em 2018);

Neste grupo também consta o reconhecimento da provisão referente ao uso do Fundo de Sobre de Resgate da Conta Identificada da Patrocinadora, junto ao Plano Prodemgeprev (conforme descrito no item 5.8.1), no montante de R\$ 759 mil; e a Atualização das contribuições devolvidas aos participantes e Reconhecimento de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, conforme disposto no item 3.4.

6.3 Plano de Gestão Administrativa

6.3.1 Custeio Administrativo

Conforme definição constante na Resolução CGPC 29, de 31 de agosto de 2009, Custeio Administrativo corresponde aos Recursos utilizados para cobertura das despesas administrativas da EFPC. O Custeio Administrativo da Fundação Libertas pode ser observado no “Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa”.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 e são definidas no Plano de Custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Custeio Administrativo dos Planos de benefícios é realizado por meio da Taxa de Administração, incidente sobre os Recursos Garantidores. Também é utilizado como Custeio Administrativo, a Taxa de Administração incidente sobre a carteira de Empréstimos, no percentual de 0,11%.

Ademais, a partir de abril de 2019, os Planos de Custeio passaram a prever a utilização do Fundo Administrativo como fonte de recursos para pagamento das despesas administrativas.

Para os Planos: PRODEMGE – CD e FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD, desde o mês de junho de 2016, os respectivos Planos de Custeio, consta a provisão para cobrança da Taxa de Carregamento, incidente sobre os Contratos assinados junto às patrocinadoras. Já para o Plano COPASA SALDADO – BD, o Plano de Custeio foi alterado a partir de abril de 2018, a fim de contemplar a incidência da Taxa de Carregamento sobre os Contratos como fonte de Custeio Administrativo. (item 5.1.1).

A partir de janeiro de 2019, parte das despesas do Plano VocêPrev foram custeadas por meio de Fundo Administrativo para Fomento, em conformidade com o item III do Artigo 24 da Resolução CNPC 29 de 13/04/2018. Conforme demonstrado no item 5.8.1.

PLANO	Custeio Administrativo Taxa de Carregamento		Taxa de Administração s/ Empréstimo		Taxa de Administração		Custeio Administrativo Fundo Administrativo		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	CDI – BD	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
CODEMIGPREV – CD	-	-	(11)	(7)	(223)	(261)	(43)	-	(277)	(268)
COHAB SALDADO – BD	-	-	(8)	(7)	(230)	-	(61)	-	(299)	(7)
COHABPREV – CD	-	-	(3)	(2)	(78)	(82)	(14)	-	(95)	(84)
COPASA FECHADO - BD	-	-	(8)	(7)	(300)	(337)	(63)	-	(371)	(344)
COPASA SALDADO - BD	(1.574)	(1.145)	(103)	(94)	(3.926)	(5.610)	(1.010)	-	(6.613)	(6.849)
COPASA – CD	-	-	(1.057)	(861)	(7.438)	(8.675)	(1.460)	-	(9.955)	(9.536)
PRODEMGE FECHADO - BD	-	(1)	-	-	(41)	(49)	(8)	-	(49)	(50)
PRODEMGE SALDADO - BD	-	(22)	(16)	(12)	(572)	(718)	(104)	-	(692)	(752)
PRODEMGE - CD	(66)	(101)	(92)	(86)	(2.215)	(2.577)	(417)	-	(2.790)	(2.764)
FUNDAÇÃO LIBERTAS – CD	(73)	(70)	(39)	(44)	(180)	(245)	(53)	-	(345)	(359)
IMA – BD	-	-	-	-	(1)	(13)	-	-	(1)	(13)
MGS – BD	-	-	(60)	(55)	(371)	(447)	(81)	-	(512)	(502)
MINASCAIXA – BD	-	-	-	(1)	(259)	(268)	-	-	(259)	(269)
VOCÊPREV	-	-	-	-	(8)	-	-	-	(8)	-
FUNDO DE FOMENTO	-	-	-	-	-	-	(90)	-	(90)	-
TOTAL	(1.713)	(1.339)	(1.397)	(1.176)	(15.846)	(19.282)	(3.404)	-	(22.360)	(21.797)

Em R\$ mil

Além dos valores constantes na Tabela anterior, as demais fontes de Custeio do PGA são:

- Reembolso dos Planos Assistenciais: R\$ 8.276 mil (R\$ 8.039 mil em 2018);
- Resultado Positivo dos Investimentos: R\$ 1.543 mil (R\$ 1.566 mil em 2018);
- Receitas Diretas: R\$ 29 mil (R\$ 935 mil em 2018).

6.3.2 Despesas Administrativas

Por meio da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa é possível acompanhar a abertura das Despesas Administrativas com abertura das Gestões Previdencial e Investimentos. Também é possível verificar os valores atribuídos à Gestão Assistencial, bem como os valores registrados como Contingências Administrativas.

A fim de proporcionar maior transparência quanto a execução das Despesas Administrativas da Fundação Libertas e, em linha com as Melhores Práticas Contábeis e de divulgação de Informações em Notas Explicativas, referenciado pela PREVIC, a tabela a seguir tem o objetivo de demonstrar a abertura das despesas Administrativas da Fundação Libertas, observando os dois segmentos de atuação definidos no Estatuto Social (Administração de Planos de Benefícios Previdenciais e Administração de Planos de Assistência à Saúde).

Despesas Administrativas	Em R\$ mil					
	Administração Planos Previdenciais		Administração Planos Assistenciais		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	15.027	13.916	4.912	5.156	19.939	19.071
<i>Pessoal Próprio</i>	9.633	9.115	3.758	3.800	13.391	12.915
<i>Dirigentes</i>	1.637	1.704	152	182	1.789	1.886
<i>Conselheiros</i>	466	438	47	44	513	482
<i>Tributos - Pessoal</i>	3.291	2.658	955	1.130	4.246	3.789
Serviços de Terceiros	2.793	3.113	2.119	1.791	4.912	4.904
<i>Auditoria de contas hospitalares</i>	-	-	840	800	840	800
<i>Serviços de informática / softwares</i>	1.095	1.228	445	441	1.540	1.669
<i>Auditoria contábil</i>	54	57	22	23	75	79
<i>Consultoria Atuarial</i>	369	499	113	101	482	600
<i>Consultoria de Investimentos/Gestão de Riscos</i>	548	317	21	9	569	326
<i>Consultoria Jurídica</i>	36	44	12	14	49	58
<i>Gestão de Documentos/Arquivo</i>	124	122	102	128	226	249
<i>Outros Serviços</i>	567	847	564	276	1.131	1.123
Despesas Gerais e Tributárias	3.496	3.456	1.168	1.075	4.665	4.531
<i>Despesas Administrativas</i>	1.854	1.727	787	578	2.641	2.305
<i>Despesas com Viagens</i>	88	78	9	7	97	85
<i>Treinamentos</i>	255	213	33	52	289	265
<i>Despesas com Tributos</i>	1.190	1.336	293	395	1.482	1.731
<i>Depreciação de Ativo Permanente</i>	109	102	47	44	156	145
SUB-TOTAL Despesas Administrativas	21.317	20.484	8.199	8.022	29.515	28.506
Contingências Administrativas	257	(20)	77	17	335	(3)
<i>Demandas Judiciais</i>	257	(20)	77	17	335	(3)
Despesas Administrativas Totais	21.574	20.464	8.276	8.039	29.850	28.503

7 PARTES RELACIONADAS

7.1 Caixa de Assistência da PREVIMINAS (Previminas Saúde)

Em 31 de maio de 2001 foi realizada cisão parcial do patrimônio da PREVIMINAS (atualmente denominada Fundação Libertas), transferindo o valor de R\$ 717 mil relativo ao Plano de Assistência à Saúde de seus Funcionários para a Caixa de Assistência da Previminas (Previminas Saúde), operadora de planos de saúde constituída em 29 de junho de 2000, registrada sob o nº 104805 no Cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, com CNPJ e registro na ANS.

Até o mês de agosto de 2006, a Previminas (atualmente denominada Fundação Libertas) mantinha convênio operacional com a Previminas Saúde para fazer face ao atendimento assistencial de seus funcionários, diretores e das demais patrocinadoras optantes. Conforme contrato firmado entre as partes, mensalmente era cobrada uma taxa de administração pelos serviços prestados, calculada pelo número de vidas.

No mês de agosto de 2006, a Previminas (atualmente denominada Fundação Libertas) reincorporou os planos assistenciais das patrocinadoras MGS, Fundação Libertas e COMIG. No decorrer do exercício social de 2006, a Previminas Saúde alienou a totalidade de sua carteira.

A Previminas Saúde permanece com o CNPJ ativo, uma vez que possui ações judiciais em curso que impedem a baixa da entidade nos órgãos fazendários municipais e estaduais. No exercício de 2019, foram levantados depósitos judiciais no montante de R\$ 503 mil, que foram utilizados para quitação de Processos Administrativos e de Cobrança em aberto, frente ao CNPJ da Previminas Saúde, no montante total de R\$ 413 mi.

8 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a doença causada pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) como uma pandemia. No entanto, desde os primeiros casos identificados, em janeiro de 2020, os governos passaram a implementar diversas medidas de acompanhamento e combate à doença.

O impacto desta pandemia afeta severamente as economias mundiais, sendo que os resultados econômicos e financeiros das empresas - e conseqüentemente dos países-, sobretudo após a divulgação da OMS, refletem as altas volatilidades e incertezas de mercado.

A Fundação Libertas vem acompanhando os desdobramentos da situação bem como as orientações do Ministério da Saúde e dos demais órgãos reguladores, visando, inclusive, a continuidade de suas operações por meio de trabalho remoto. A prioridade da Libertas é a continuidade de suas atividades, de forma a manter o pagamento dos aposentados, pensionistas e assistidos, bem como o atendimento aos beneficiários dos planos de saúde e rede credenciada, contabilidade e investimentos.

A situação econômica e financeira dos Planos de benefícios administrados pela Libertas, constantes nestas Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício de 2019, não foi alterada em função do Coronavírus (COVID-19), pois refletem as posições patrimoniais e de resultado, examinadas e homologadas em 11 de fevereiro de 2020.

Ressalta-se que os efeitos econômicos e financeiros apurados pela Libertas, em consequência da pandemia de Coronavírus (COVID-19), serão constantemente acompanhados e divulgados quando oportuno.

9 INFORMAÇÕES FINAIS

No dia 06 de janeiro de 2020 foram empossados o Diretor Presidente, Lucas Ferraz Nóbrega, o Diretor de Investimentos e Controladoria, Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata e o Diretor de Seguridade Social, Cesar Luiz Danieli, que, por competência legal e estatutária, assinam estas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referente ao exercício social de 2019, sem prejuízo das responsabilidades dos seus antecessores, Edevaldo

Fernandes da Silva (CPF 066.381.258-50) e Eugenia Bossi Fraga (CPF 645.372.346-87), pelos atos praticados durante seus respectivos mandatos.

Também assina a presente Nota Explicativa, bem como as Demonstrações Contábeis, o Diretor Administrativo José Maria dos Santos, cuja posse ocorreu em 30 de abril de 2019.

Nos termos do artigo 5º da Resolução CNPC 27 de 06 de dezembro de 2017, a Diretoria Executiva da Fundação Libertas designou o Diretor de Investimentos e Controladoria Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata, como Diretor Responsável pela Contabilidade.

Estas notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis da **FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL** de 31 de dezembro de 2019.

LUCAS FERRAZ NÓBREGA
Diretor Presidente
CPF: 347.905.718-74

RODRIGO EUSTÁQUIO BARBOSA BARATA
Diretor de Investimentos e Controladoria
CPF: 401.176.696-87

CESAR LUIZ DANIELI
Diretor de Seguridade Social
CPF: 537.015.260-87

JOSÉ MARIA DOS SANTOS
Diretor Administrativo
CPF: 265.257.636-49

VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 014.037.246-60
CRC/MG-092660/O-4

FLAVIA NERI SANTOS
Contadora
CPF: 065.660.256-26
CRC/MG-099.393/O-0